

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA



ISCAL

RELATÓRIOS DE
SUSTENTABILIDADE -
COMPARAÇÃO DE DIVULGAÇÃO
2008 VS 2013

Patrícia Roma (2013072)

Lisboa, Maio de 2016

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE
CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DE
LISBOA

RELATÓRIOS DE
SUSTENTABILIDADE -
COMPARAÇÃO DE DIVULGAÇÃO
2008 VS 2013

Patrícia Roma (20130172)

Dissertação submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade, realizada sob a orientação científica do Professor Especialista (Mestre) Fernando Paulo Marques de Carvalho.

Constituição do Júri

Presidente: Professora Doutora Paula Gomes dos Santos

Arguente: Professora Doutora Tânia Alves de Jesus

Vogal: Professor Especialista (Mestre) Fernando de Carvalho

Lisboa, Maio 2016

Declaro ser a autora desta dissertação, que constitui um trabalho original e inédito, que é uma análise e uma comparação de parte da investigação elaborado por Carvalho (2010) intitulada ‘‘ A influência da adoção da estrutura da Global Reporting Initiative nas empresas da Euronext de Lisboa’’, que nunca foi submetido (no seu todo ou qualquer das suas partes) a outra instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas.

Mais acrescento que tenho consciência de que o plágio – a utilização de elementos alheios sem referência ao seu autor – constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação da presente dissertação.

Agradecimentos

Esta dissertação é o culminar de um objetivo académico ao qual me propus e que não seria possível concretizá-lo sem o apoio e contributo de diversas pessoas que me rodeiam.

Expresso o meu sincero agradecimento a todos os que me auxiliaram neste longo processo que resultou de extensas horas de estudo, investigação, reflexão e trabalho durante as suas diferentes etapas, nomeadamente o meu orientador Professor Fernando Carvalho.

Esta etapa académica seria difícil de realizar sem o apoio incondicional dos meus pais, irmã e namorado.

Resumo

O presente estudo tem como objetivo analisar a evolução da informação contabilística voluntária sobre responsabilidade social das empresas, identificando as informações que mais sofreram alterações entre o ano de 2008 e de 2013. Pretende-se de uma forma geral, apurar quais as diferenças no grau de divulgação que as entidades do PSI Geral atribuem à estrutura da Global Reporting Initiative (GRI).

Para a execução do estudo, realizou-se uma leitura aos relatórios publicados pelas diversas empresas (quer aos relatórios anuais de contas, quer aos relatórios de sustentabilidade quando disponibilizados pelas empresas) bem como aos trabalhos de investigação já realizados, de modo a determinar quais as principais diferenças/alterações de divulgação que existiram por parte das organizações, numa base de comparação entre aquilo que foi feito no ano de 2008 e de 2013, de modo a determinar a pontuação a atribuir a cada um dos aspetos de desempenho económico, desempenho ambiental e desempenho social, bem como aos índices de cada uma das áreas de desempenho atrás referidas e o grau de divulgação de informação.

No decorrer desta investigação, verificou-se que as diretrizes da GRI sofreram alterações com o decorrer dos anos, passando de 79 indicadores possíveis de serem divulgados para um total de 91 indicadores. Contudo, verificou-se que em 2008 o grau de divulgação de informação e a pontuação a atribuir a cada um dos desempenhos, foi menor do que em 2013, observando-se que apesar de reduzido, registou um aumento à adoção da estrutura da GRI. Verificou-se que em ambos os anos o desempenho social era o que apresentava um maior índice de divulgação.

Palavras-Chave: Sustentabilidade, GRI, Desempenho económico, desempenho social, desempenho ambiental.

Abstract

The present study has the purpose to analyze the evolution of the voluntarily accounting information about corporate social responsibility, identifying the information with the most changes between the years of 2008 and 2013. It is generally intended to identify the differences in the degree of disclosure that the entities of the PSI Geral attach to the structure of the Global Reporting Initiative (GRI). For the implementation of the study there was a reading of the published reports by various companies (whether the annual reports of bills, both to the sustainability reports when available) as well as the research work already done, in order to determine which main differences /disclosure changes occurred, on a basis of comparison between the years 2008 and 2013, in order to determine the score to be allocated to each of one aspects: economic, social and environmental performance as well as each of the aforementioned areas performance. During this investigation, it was found that the GRI guidelines have evolved with the years, from seventy nine indicators to be disclosure for a total of ninety one indicators. However it was found that in 2008 the level of disclosure of information and the points given to each of the performance was lower than in 2013. Despite that, it has increased the adoption of the GRI. It was found that in both years social performance indicator was the one with a higher disclosure.

Keywords: Sustainability, Global Reporting Initiative (GRI), economic performance, social performance, environmental performance.

Índice Geral

Conteúdo

Agradecimentos	v
Resumo.....	vi
Abstract.....	vii
Índice Geral.....	viii
Índice de Figuras.....	x
Lista de Quadros.....	x
Lista de Gráficos	xi
Abreviaturas.....	xii
INTRODUÇÃO	1
1. Desenvolvimento Sustentável	3
1.1. O que é o desenvolvimento Sustentável	3
2. Responsabilidade Social das Empresas.....	6
3. Ética Empresarial	9
3.1. O que é a ética.....	10
3.2. Ética ligada à empresa.....	10
4. Global Reporting Initiative – GRI	12
4.1. Relatórios de Sustentabilidade.....	14
4.2. Motivos e Diretrizes para elaboração dos relatórios de sustentabilidade...	15
4.3. Princípios da GRI	16
4.4. Indicadores de Desempenho	17
4.4.1. Desempenho económico.....	18
4.4.2. Desempenho ambiental	19
4.4.3. Desempenho social.....	22
4.5. Fases do Processo de elaboração dos relatórios de sustentabilidade.....	28
4.6. Níveis de aplicação	29
4.7. Outras normas e certificações.....	31
5. Método de investigação e análise de dados.....	34
5.1. Caracterização do Universo e Dimensão da Amostra	34
5.2. Análise univariada dos dados	37
5.3. Análise percentual dos indicadores e aspetos divulgados pelas entidades	38
5.4. Análise do grau de divulgação	48
6. Conclusões	57

7. Limitações e investigações futura	61
7.1 Limitações ao estudo	61
7.2 Investigações futuras	61
Bibliografia	62
Apêndices	65
Anexos	72

Índice de Figuras

FIGURA 2.1 - TRIPLE BOTTOM LINE	7
FIGURA 2.2 – DIMENSÕES EXTERNAS E INTERNAS	8
FIGURA 4.1 - EVOLUÇÃO DA GRI	14
FIGURA 4.3 - MODELO DO PROCESSO DE RELATO	28
FIGURA 4.4 - NÍVEIS DE APLICAÇÃO	29
FIGURA 4.5 - EXEMPLO NÍVEIS DE APLICAÇÃO	30

Lista de Quadros

QUADRO 1 – DESCRIÇÃO DOS INDICADORES DO DESEMPENHO ECONÓMICO	18
QUADRO 2 – DESCRIÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO AMBIENTAL	20
QUADRO 3 – DESCRIÇÃO DOS INDICADORES DO DESEMPENHO SOCIAL	22
QUADRO 4 – DESCRIÇÃO DOS INDICADORES DO DESEMPENHO SOCIAL	23
QUADRO 5 – DESCRIÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO SOCIAL	24
QUADRO 6 – DESCRIÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO SOCIAL	25
QUADRO 8 - UNIVERSO DE EMPRESAS EM ANÁLISE	36
QUADRO 7 - EMPRESAS QUE NÃO APLICAM A GRI	35
QUADRO 9 – PERCENTAGEM DE DIVULGAÇÃO DO DE	38
QUADRO 10 – ANÁLISE DA MÉDIA PERCENTUAL DO DE	39
QUADRO 11 - PERCENTAGEM DE DIVULGAÇÃO DO DA	40
QUADRO 12 – ANÁLISE DA MÉDIA PERCENTUAL DO DA	41
QUADRO 13- PERCENTAGEM DE DIVULGAÇÃO DO DS – GRUPO PRÁTICAS LABORAIS E TRABALHO CONDIGNO	42
QUADRO 14-ANÁLISE DA MÉDIA PERCENTUAL DO DS - GRUPO PRÁTICAS LABORAIS E TRABALHO CONDIGNO	43
QUADRO 15 – PERCENTAGEM DE DIVULGAÇÃO DO DS – GRUPO DOS DIREITOS HUMANOS	44
QUADRO 16-ANÁLISE DA MÉDIA PERCENTUAL DS – GRUPO DOS DIREITOS HUMANOS	45
QUADRO 17 - PERCENTAGEM DE DIVULGAÇÃO DO DS – GRUPO SOCIEDADE	46
QUADRO 18- ANÁLISE DA MÉDIA PERCENTUAL DS – GRUPO SOCIEDADE	46

QUADRO 19 - PERCENTAGEM DE DIVULGAÇÃO DO DS – GRUPO DA RESPONSABILIDADE DO PRODUTO	47
QUADRO 20 – ANÁLISE DA MÉDIA PERCENTUAL DS – GRUPO DA RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO	48
QUADRO 21 - GRAU DE DIVULGAÇÃO ECONÓMICO	49
QUADRO 22 - GRAU DIVULGAÇÃO AMBIENTAL	52
QUADRO 23 - GRAU DE DIVULGAÇÃO SOCIAL	54

Lista de Gráficos

1. GRÁFICO DIVULGAÇÃO DOS ASPETOS DO DE	50
2. GRÁFICO DIVULGAÇÃO DOS ASPETOS DO DA	53
3. GRÁFICO DIVULGAÇÃO DOS ASPETOS DO DS	55

Abreviaturas

RS – Relatório de Sustentabilidade

GRI - *Global Reporting Initiative*

BCSD – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável

ONG – Organizações Não Governamentais

AA1000AS - *AA1000 Assurance Standard*

ISAE 3000 - *International Standard on Assurance Engagement 3000*

InDiv – Número de divulgações

DE – Desempenho económico

DA – Desempenho ambiental

DS – Desempenho social

IGD - Índice Geral de Divulgação

INTRODUÇÃO

A finalidade dos relatórios de sustentabilidade, consiste em medir, divulgar e prestar contas às partes interessadas, tanto internas como externas, do desempenho da organização numa ótica de sustentabilidade. Surgem assim, os relatórios de sustentabilidade cujo principal objetivo consiste em apresentar os impactos económicos, ambientais e sociais de uma entidade, descrevendo de forma verdadeira e sensata, tanto os aspetos positivos como os negativos do desempenho que a organização teve ao longo do ano. Geralmente são as próprias empresas que definem o ciclo cronológico para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade, sendo a opção mais frequente o ciclo anual, podendo ser emitidos em conjunto com os relatórios de contas ou de forma separada.

A principal razão porque as entidades começaram a elaborar relatórios de sustentabilidade, está relacionado com a mudança da mentalidade dos consumidores, pois estes começaram a dar não só importância aos produtos fabricados mas também à maneira como esses produtos são confeccionados: se o são de uma forma responsável e sustentável, garantido a preservação do ambiente e respeitando os direitos humanos.

Porém, as empresas ao elaborar e emitir os seus relatórios de sustentabilidade, podem não ter apenas em vista a real preocupação com o desenvolvimento sustentável, podem apenas emití-los para ganharem clientes, fornecedores ou outro tipo de partes interessadas, ou seja, utilizam os relatórios como uma ferramenta de marketing, para ganhar face à concorrência.

Como tal, as partes interessadas necessitam assim de garantias que os relatórios de sustentabilidade são uma representação justa e honesta do desempenho social, ambiental e económico da empresa, recorrendo assim a verificações externas para aumentar o grau de fiabilidade dos relatórios divulgados.

Através da investigação elaborado por Carvalho (2010) intitulada ‘‘ A influência da adoção da estrutura da Global Reporting Initiative nas empresas da Euronext de Lisboa’’, cujo principal objetivo consistia em avaliar a influência da Global Reporting Initiative, como um dos fatores determinantes para a divulgação voluntária da informação, e de que forma o grau de adoção à esta estrutura da GRI, por parte das empresas cotadas na Euronext de Lisboa, vem influenciar e contribuir para uma maior divulgação voluntária de informação. Pretendeu-se verificar qual o grau de divulgação que as empresas do Euronext de Lisboa atribuem à estrutura da GRI, através da leitura e análise dos relatórios anuais das empresas

cotadas. No seu estudo foram aplicadas técnicas estatísticas univariada, bivariada e multivariada.

A presente dissertação teve como base a investigação de Carvalho, sendo o principal objetivo de estudo avaliar a influência das diretrizes da GRI passado cinco anos, fazendo uma comparação entre o que aconteceu em 2008 e o que aconteceu em 2013.

Para um melhor esclarecimento deste estudo, entendeu-se dividir este trabalho em seis capítulos:

Capítulo I – Desenvolvimento Sustentável: Neste capítulo será desenvolvido o conceito desenvolvimento sustentável para um melhor entendimento do que se trata a presente investigação.

Capítulo II – Responsabilidade Social das Empresas: Nesta parte do estudo será explicado o que é a responsabilidade social da empresa e em que consiste, parte fundamental para se entender o que é a divulgação voluntária por parte das empresas.

Capítulo III – Ética Empresarial: Neste capítulo irá também ser desenvolvido outro conceito, o de ética empresarial, peça fundamental para também entender em que consistem os relatórios de sustentabilidade.

Capítulo IV – Global Reporting Initiative (GRI): No quarto capítulo irá ser feito um enquadramento da GRI, como é composta, a sua evolução, as suas diretrizes de aplicação e como as empresas podem segui-las.

Capítulo V – Método de Investigação: Nesta parte do trabalho serão apresentados os métodos de investigação utilizados, ou seja, como o estudo foi realizado, bem como os resultados obtidos e a sua explicação.

Capítulo VI – Conclusão: Por ultimo, neste capítulo irão ser apresentados através de uma síntese geral as principais conclusões/resultados do estudo. Serão também referidas as limitações do estudo bem com sugestões para investigações futuras.

1. Desenvolvimento Sustentável

A crescente elaboração dos relatórios de sustentabilidade por parte das empresas portuguesas e a sua posterior apresentação, quer seja nos seus relatórios anuais ou de forma individual, são consequência da excessiva utilização de recursos naturais, que transportam consigo a ideia de que o ambiente tem sido degradado ao longo do tempo e que por conseguinte isso afetará a existência do ser humano e a sua própria vivência.

Segundo a revista anual BCSD Portugal, Portugal deu os primeiros passos na área da sustentabilidade em 1998 com a publicação do “Plano Nacional para o Desenvolvimento Económico e Social (2000-2006)”. O governo através deste plano define um conjunto de objetivos relacionados com questões ambientais a serem atingidos para aquele período de tempo.

Portugal divulgou ainda um outro documento intitulado “Estratégia Nacional e Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2002)”. Este documento surgiu através da preparação para a Cimeira Mundial de Joanesburgo e através dos compromissos assumidos no âmbito da Agenda 21.

Em 2004 o Grupo de Trabalho de Reflexão Estratégica apresentou uma proposta para completar a versão à ENDS 2002, em que se incluíam os três pilares de desenvolvimento sustentável: económico, ambiental e social. Para execução das metas estabelecidas pela ENDS aparece o Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PIENDS). Este plano caracteriza-se por ser dinâmico e flexível.

Assim, num contexto de constante evolução global das empresas, cujo principal objetivo reside sobretudo na obtenção de lucro, é necessário que exista por parte das entidades uma real preocupação com o ambiente, preservando-o ao máximo e ao mesmo tempo transmitir essa ‘filosofia’ aos seus *stakeholders*.

1.1. O que é o desenvolvimento Sustentável

Para uma melhor compreensão do que se trata nos relatórios de sustentabilidade emitidos pelas empresas, importa perceber em que consiste o desenvolvimento sustentável e a sua própria definição.

Segundo o relatório Brundtlan «Nosso Futuro Comum» (1987), elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável é aquele que «[s]atisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades».

Este relatório afirma ainda que «[o] conceito de desenvolvimento sustentável deve ser assimilado pelas lideranças de uma empresa como uma nova forma de produzir sem degradar o meio ambiente, estendendo essa cultura a todos os níveis da organização, para que seja formalizado um processo de identificação do impacto da produção da empresa no meio ambiente e resulte na execução de um projeto que alie produção e preservação ambiental, com uso de tecnologia adaptada a esse preceito».

Para atingir o desenvolvimento sustentável, a declaração de Joanesburgo em 2010 realizada pela ONU, estabelece três pilares bases a serem cumpridos/respeitados pelas organizações: o pilar económico, o pilar social e o pilar ambiental.

O pilar social diz respeito aos direitos humanos, aos direitos do trabalhador e à soberania. Quanto ao pilar ambiental, para satisfazer as necessidades de hoje e não comprometer as do futuro, as entidades devem optar por métodos de produção mais económicos e limpos, devendo escolher matérias-primas menos tóxicas, reduzir resíduos, racionalizar o consumo de recursos naturais e aplicar o conceito de reciclagem. Por último, o pilar económico pretende evidenciar que uma empresa para além do objetivo de obter lucros, deve também ter como objetivo obter ganhos sociais e ambientais, utilizando métodos empresariais que sejam compatíveis com o desenvolvimento sustentável (Declaração de Joanesburgo, 2010).

Se estes três pilares não se encontrarem cumpridos, então não existirá um desenvolvimento sustentável.

Para conseguir cumprir os princípios de desenvolvimento sustentável, as organizações deveram começar por fazer uma avaliação da situação em que se encontram, quais os objetivos estratégicos a serem atingidos, qual a sua visão e quais os grupos de interesse. (Revista BCSD 2005:32).

Uma organização, que pretenda adotar os princípios do desenvolvimento sustentável e para que seja possível definir qual o seu contributo, deverá seguir as seguintes etapas:

(Revista BCSD 2005:32):

- **1ª Etapa:** Definir quais os objetivos a atingir para conseguir um desenvolvimento sustentável, levando em linha de conta a visão e os valores;
- **2ª Etapa:** Planear as atividades essenciais para concretizar quer os objetivos gerais da organização como também as estratégias e políticas ao desenvolvimento sustentável, não esquecendo a integração de indicadores que possibilitem a monitorização do desempenho;
- **3ª Etapa:** Executar as atividades para o planeamento operacional;
- **4ª Etapa:** Integrar nas atividades diárias e regulares da empresa atividades relacionadas com o desenvolvimento sustentável;
- **5ª Etapa:** A última mas não menos importante etapa consiste na revisão e na aprendizagem, em que se faz um estudo e uma análise dos resultados conseguidos. Daqui devem-se tirar conclusões que permitam no futuro melhorar o processo de gestão, para uma melhor integração das atividades diárias da empresa com os objetivos do desenvolvimento sustentável.

As empresas têm sido alvo de grandes pressões por parte dos diferentes *stakeholders* (acionistas, empregados, clientes e sociedade no geral), para que divulguem a sua performance e os seus resultados ao nível do desempenho económico, social e ambiental.

A inclusão de práticas sustentáveis nas atividades correntes da empresa e a sua posterior divulgação responsável e transparente sobre os seus investimentos, políticas e práticas económicas e sociais, pode trazer agregado a si vários benefícios à empresa, como por exemplo, a diminuição do risco, a promoção da imagem da empresa, a criação de uma relação de confiança entre os diferentes *stakeholders* e assegurar a competitividade.

“ É neste contexto que surgem os relatórios de sustentabilidade. Enquanto via de comunicação para o exterior permite a divulgação dos esforços que a empresa desenvolve no sentido de integrar os princípios do desenvolvimento sustentável no seu sistema de gestão” (Revista Anual BCSD 2005:33).

2. Responsabilidade Social das Empresas

Cada vez mais as organizações têm adotado uma cultura de responsabilidade social. Ao optarem por práticas sustentáveis estão a contribuir para um desenvolvimento sustentável, ou seja, estão a assumir o que geralmente é conhecido pela responsabilidade social das empresas (RSE).

Segundo o Livro Verde da Comissão Europeia (2001: 3)

É cada vez maior o número de empresas europeias que promovem estratégias de responsabilidade social como reacção a diversas pressões de natureza social, ambiental e económica. Pretendem, assim, dar um sinal às diversas partes interessadas com as quais interagem: trabalhadores, accionistas, consumidores, poderes políticos e organizações não governamentais. Ao procederem desta forma, as empresas estão a investir no seu futuro e esperam que este compromisso voluntário contribua para um aumento da sua rentabilidade.

Existe uma diversidade de abordagens no que diz respeito à definição de responsabilidade social empresarial. Contudo, de um modo geral e segundo o Livro Verde promovido pela Comissão das Comunidades Europeias (2001: 9),

Ser socialmente responsável não se restringe ao cumprimento de todas as obrigações legais - implica ir mais além através de um “maior” investimento em capital humano, no ambiente e nas relações com outras partes interessadas e comunidades locais. A experiência adquirida com o investimento em tecnologias e práticas empresariais ambientalmente responsáveis sugere que ir para além do simples cumprimento da lei pode aumentar a competitividade de uma empresa.

Seguindo a RSE, e tal como acontece com o conceito de desenvolvimento sustentável, devem ser tidos em consideração os impactos económicos (ligado à rentabilidade, como por exemplo, preocupação em gerar valor para os acionistas e obter benefícios económicos), sociais (ligado às pessoas, como por exemplo a preocupação de desenvolver o negócio de forma a que beneficie também a vida daqueles que com ele estão relacionados) e ambientais (ligada ao planeta, como por exemplo, a redução do impacto no ambiente através de níveis de sustentabilidade ecologicamente aceitáveis, proporcionando ao mesmo tempo uma interação positiva com o meio) das operações de produção.

Esta tridimensionalidade é conhecida como “Triple Bottom Line” e reflete a nova mentalidade dos empresários.

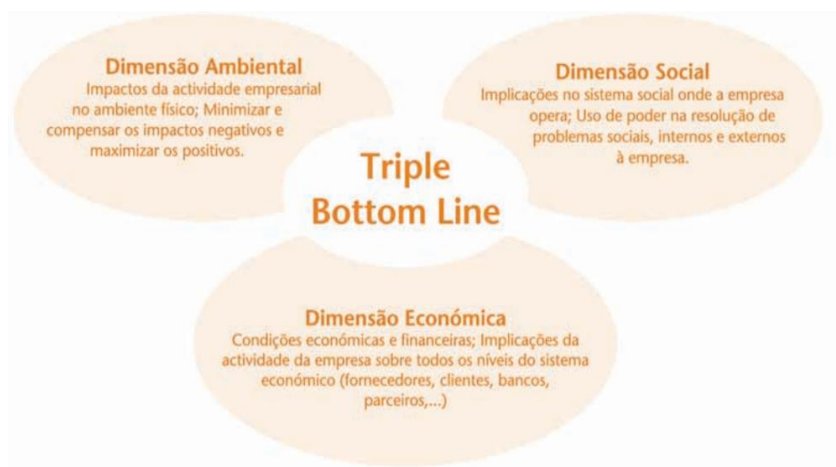


Figura 2.1 - Triple Bottom Line

Fonte: Adaptado de Global Reporting Initiative (2005) e Centro de economia e ecológica e gestão do ambiente

A evolução para a responsabilidade social das empresas pode ainda ser motivada por diversos fatores, que segundo o Livro Verde podem ser:

- Preocupações e expectativas dos cidadãos, consumidores, autoridades públicas e investidores num mundo de globalização;
- O fator social que influencia as decisões quer de consumidores como investidores sobre investimentos;
- A crescente preocupação dos danos provocados no meio ambiente pelas atividades económicas;
- Transparência criada pelas atividades empresariais e pelos meios de comunicação social.

A RSE assume dois domínios: o interno e o externo. O domínio externo caracteriza-se por a RSE ir para além da própria empresa abrangendo também a comunidade/sociedade no geral, como por exemplo parceiros comerciais, clientes, fornecedores, autoridades públicas e ONG. No domínio interno destacam-se as práticas socialmente responsáveis (práticas exercidas junto dos trabalhadores como por exemplo o investimento na saúde e segurança do trabalho) bem como as ambientais (práticas de uma melhor gestão dos recursos naturais utilizados no processo de produção) que possibilitam a mudança e a conciliação do

desenvolvimento social com reforço da competitividade. (Revista Anual BCSD Portugal 2005:25).



Figura 2.2 – Dimensões Externas e Internas

Fonte: Global Reporting Initiative (2005) – Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade

Com o passar do tempo a RSE deixou de ser vista como um custo ou como uma mera preocupação, passando a ser um caminho para o sucesso a longo prazo que minimiza os riscos, ou seja, passa a ser encarado com um investimento.

Estas preocupações podem ser aplicáveis tanto às grandes empresas (multinacionais), como às pequenas e médias empresas, sendo também aplicável a todos os níveis dos sectores de atividade.

Segundo a revista anual da BCSD (2005:30) as empresas podem beneficiar de algumas vantagens quando adotam RSE, nomeadamente:

- ✓ Previne os problemas e riscos que possam surgir decorrentes das atividades da empresa e que podem causar marcas profundas na imagem e sobrevivência;
- ✓ Diminui os custos decorrentes das atividades de produção da empresa, como por exemplo a redução do consumo de recursos naturais e a gestão de resíduos produzidos;
- ✓ Posiciona a empresa como atenta às necessidades dos novos consumidores permitindo a sua diferenciação face à concorrência;

- ✓ Ao assumir a RSE, a empresa melhora a sua imagem e a sua reputação no mercado o que permite também aceitar novas oportunidades;
- ✓ Se todos os outros fatores se encontrarem cumpridos a performance económica e financeira estará assegurada.

De um modo geral, os benefícios que as empresas obtêm ao demonstrar a sua responsabilidade social, podem ainda dividir-se em efeitos diretos e indiretos. Ao nível dos efeitos diretos realça-se um melhor ambiente de trabalho, levando a que os trabalhadores estejam mais motivados e empenhados nas suas tarefas, e também uma melhor racionalização da utilização dos recursos naturais que são escassos. Como efeitos indiretos pode destacar-se uma melhoria da própria imagem da entidade, pois ao demonstrar uma preocupação com o ambiente, suscita um maior interesse/atenção por parte dos consumidores e dos investidores (Revista Anual BCSD Portugal 2005:33).

Todavia a empresa terá sempre como desafio conciliar o seu contributo para o desenvolvimento sustentável ao mesmo tempo que garante o sucesso da empresa.

3. Ética Empresarial

Mercier (2005:7) afirma que «As empresas são obrigadas, cada vez mais, a justificar os seus meios de ação e finalidade das suas atividades. O estudo da relação entre os meios empregues e os fins visados faz, portanto, aparecer uma preocupação de ordem ética.».

Neste contexto, importa perceber até que ponto a ética por parte dos gestores influencia a responsabilidade social da entidade.

Uma entidade ao desenvolver a sua atividade pode ter em vista o alcance de vários objetivos, como por exemplo: exportar o seu produto para diversos países, ser a líder de mercado face à concorrência, bater recordes em produção, produzir com responsabilidade, valorizar os seus trabalhadores, etc.

Contudo, para tal ser atingido, o principal e primário objetivo de uma entidade será sempre produzir/desenvolver as suas atividades ao custo mais baixo possível, conseguindo obter assim o maior lucro possível. Para conseguir obter lucro, as empresas terão que definir

quais os objetivos a serem atingidos, objetivos esses que serão alcançados, dependendo da conduta ética de cada indivíduo.

Surge assim o conceito de ética ligada ao mundo empresarial.

3.1. O que é a ética

A palavra ética assume diversas hipóteses de leitura e interpretação, bem como de diferente aplicação na vida social, como é o caso do meio empresarial.

A palavra ética é originária de duas palavras gregas êthos e ēthos. A primeira representa carácter enquanto a segunda refere-se aos hábitos e costumes, na origem da tradução latina de mores, ou seja, moral. O carácter do homem é considerado onde este habita, ou seja, algo exterior ao individual, voz da consciência ou voz divina. Enquanto os hábitos e costumes representam o nível dos comportamentos e do coletivo. (Pinto, 2014).

3.2. Ética ligada à empresa

Segundo Carvalho, no meio empresarial a ética está ligada aos comportamentos e à tomada de decisões.

Tomar decisões eticamente corretas, está relacionado com as convicções dos gestores do que é bom ou mau, certo ou errado ou moral ou imoral. Essas convicções podem ter tanto origem em fontes de inspiração ética como na religião ou na própria consciência de cada um.

Carvalho (2011: 197) afirma ainda que «a classificação de um comportamento ético/não ético depende não apenas da relação entre a ação e as convicções da pessoa em causa mas também da relação entre as suas convicções e o que as fontes de ensinamento ou inspiração lhe sugerem.».

Mercier (2005:7) dá um exemplo de um confronto com que uma empresa se pode deparar no decorrer da sua atividade. Por exemplo, no que respeita à parte dos recursos humanos, do ponto de vista das pessoas (empregados) é necessário satisfazer as necessidades quer individuais quer as coletivas, garantir rendimentos, carreiras e existir motivação. Contudo do ponto de vista da empresa, é necessário estimular a produtividade, diminuir encargos e custos.

Os gestores ao longo da sua carreira, deparam-se assim com vários tipos de dilemas, com constantes contradições, que terão que ser geridas da melhor forma possível, levando sempre em linha de conta a ética, de forma a não prejudicar nenhuma das partes envolvidas.

Almeida (2008:42) afirma que «a ética amplia as suas fronteiras para além da comunidade a que pertencemos incluindo os recursos naturais- bióticos e abióticos- e seres humano como um todo». O autor afirma ainda que a sustentabilidade consiste numa mudança ética, nomeadamente no entendimento do valor dos recursos naturais e a sua função na nossa vida e não apenas como um meio para o crescimento económico.

É então esperado que as empresas apliquem/respeitem determinados princípios éticos, para possibilitar a construção de uma sociedade mais justa e ambientalmente mais sustentável. Desses princípios éticos, destacam-se (Carvalho, 2011:275):

- Diminuição dos danos ecológicos e ambientais de forma a preservar o ambiente;
- Tratamento de resíduos tóxicos;
- Respeito pelos regulamentos em vigor;
- Respeito pelos direitos humanos;
- Publicidade prezando determinadas regras éticas;
- Entre outros.

Carvalho (2011: 206) afirma ainda que «[p]odemos já falar de uma ética sustentável, cuja matriz se caracteriza pelo respeito pela natureza, a que subjaz uma preocupação com a degradação ambiental, que deverá ser resolvida de forma coletiva para bem da sociedade.».

Almeida (2008: 29) reforça esta ideia declarando que «A ética da sustentabilidade é subversiva e impõe um processo de transformação urgente e radical, subvertendo a ordem económica, social e ambiental hoje prevalente. Não há outro caminho se quisermos deixar um legado às futuras gerações...».

Para um eficaz cumprimento dos princípios de RSE, as organizações podem ainda adotar um Código de Conduta/Ética. Neste código encontra-se registado o compromisso social da empresa, os seus valores, a sua cultura, os seus princípios e os padrões de comportamento da organização. É uma mais-valia para o desenvolvimento nas relações sólidas com os fornecedores, clientes e outros tipos de parceiros, permitindo a redução do número de processos legais e possibilita a negociação de conflitos de interesse assegurando sempre o

cumprimento da lei. É um código que engloba também matérias como o direito dos trabalhadores, a corrupção, saúde e segurança.

Os objetivos da declaração têm de ser assumidos por toda a empresa, ou seja, por todos os colaboradores.

Atualmente encontra-se uma diversidade de códigos pelos quais as empresas podem optar, nomeadamente o Guidelines for Multinational Enterprises.

Este é o único código que os governos se responsabilizam por promover. É adaptado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e baseia-se em recomendações voluntárias dirigidas a grandes empresas (multinacionais) em diversas áreas como a ética no trabalho, as relações de emprego, comerciais e industriais, direitos humanos, ambiente, corrupção, competitividade, ciência e tecnologia entre outras.

Segundo a Revista Anual BCSD (2006: 30): «As recomendações expressam os valores partilhados dos governos e dos países que são a fonte dos maiores investimentos e que acolhem as mais representativas empresas multinacionais».

O objetivo centra-se assim na contribuição positiva das multinacionais nas áreas sociais, económicas e ambientais.

4. Global Reporting Initiative – GRI

A GRI foi criada em 1997 em Boston, como uma iniciativa lançada pelo United Nations Environment Programme (UNEP), em colaboração com a Coalition for Environmentally Responsible Economies (CERES), com o objetivo de desenvolver e divulgar diretrizes globalmente aplicáveis para as organizações utilizarem na elaboração dos seus relatórios de sustentabilidade. É uma instituição sem fins lucrativos que promove a sustentabilidade económica, ambiental e social.

Foi criada para que os relatórios de sustentabilidade fossem de melhor qualidade, mais rigorosos e úteis, focando-se nos impactos que os negócios têm sobre o meio ambiente e realçando o que se deve divulgar e como.

São incluídos diversos indicadores, dos quais as empresas devem utilizar para divulgar informações acerca do seu desempenho económico, ambiental e social.

A primeira versão das diretrizes da GRI surgiu em 1997 (G1) e desde então foram feitas melhorias nas diretrizes surgindo em 2002 (G2) onde se desenvolviam orientações para a elaboração destes relatórios.

Em 2006, foi lançada a *G3 Reporting Framework*. Nesta versão, encontram-se as divulgações de sustentabilidade que as empresas podem adotar de forma flexível e incremental, permitindo a transparência das atividades da empresa sobre o seu desempenho nas áreas-chave da sustentabilidade.

De forma a completar as diretrizes do G3, em 2011 foram lançadas as diretrizes G3.1. Nesta nova versão das diretrizes encontra-se uma orientação alargada sobre os indicadores a serem divulgados pelas empresas, nomeadamente os impactos da comunidade local, direitos humanos e género. Foi também introduzido o “Protocolo Técnico - Aplicando os Princípios”, cujo principal objetivo é transmitir uma orientação sobre a definição dos conteúdos do relatórios de sustentabilidade.

Tanto o *G3* como o *G3.1* são compostos por duas partes. A primeira refere-se aos princípios e orientações sobre o conteúdo, qualidade e o limite do relatório, enquanto a segunda refere-se às informações padrão, ou seja, sobre a estratégia e perfil, abordagem de gestão e os indicadores de desempenho (económicos, ambientais e sociais).

A mais recente e atual versão das diretrizes da GRI, surgiu em Maio de 2013, G4. Comparativamente à G3, as alterações mais importantes na G4 são (PWC, 2013):

- **Materialidade:** as organizações devem divulgar apenas os seus temas relevantes. Devem também divulgar o processo utilizado para determinar a materialidade.
- **Novos requisitos de divulgação de informação sobre a cadeia de fornecedores, em cada pilar (Económico, Ambiental e Social):** as organizações devem divulgar informação sobre a gestão das suas cadeias de fornecedores, quando este tema é considerado material.
- **Novos requisitos de divulgação de informação sobre Governance, Remuneração, Ética e Integridade.**
- **Maior foco nas Formas de Gestão, por via de uma uniformização do seu formato de divulgação.**
- **Alteração dos indicadores de Anticorrupção e Emissões de GEE (Gases Efeito de Estufa).**
- **Substituição dos níveis de aplicação por “essencial” e ”abrangente”.**

- Nova tabela GRI, com uma coluna para a verificação externa.

Com o lançamento da G4, foram também publicados dois documentos distintos para orientação das empresas: “Princípios de relatórios e informações padrão” e “Manual de Implementação”.

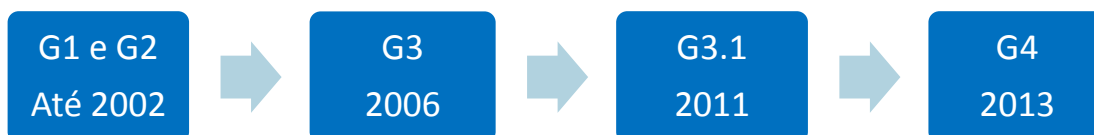


Figura 4.1 - Evolução da GRI

4.1. Relatórios de Sustentabilidade

Segundo o Livro Verde da Comissão Europeia (2001:18) «... [a]s abordagens das empresas aos relatórios sociais são tao diversificados como as suas abordagens ao conceito de responsabilidade social. Para que estes relatórios se revelem úteis, importa chegar a um consenso global quanto ao tipo de informação a fornecer, ao formato do relatório, bem como à fiabilidade do processo de avaliação e auditoria.». Constata-se assim a necessidade de fornecer às empresas instrumentos e orientações que permitam elaborar de forma eficaz relatórios sobre políticas, procedimentos e desempenho em matéria de responsabilidade social.

Assim,

Elaborar relatórios de sustentabilidade consiste na prática de medir, divulgar e prestar contas, às várias partes interessadas, sobre o desempenho das organizações, visando atingir o objetivo do desenvolvimento sustentável. A expressão “elaboração de relatórios de sustentabilidade” é abrangente, e considerada sinónima de outros termos e expressões utilizados para descrever a comunicação dos impactos económicos, ambientais e sociais, *i.e.*, *triple bottom line*, relatórios de responsabilidade corporativa, etc. (G3, Diretrizes para Elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade, 2000-2007: 4).

Apesar da GRI ainda não ser reconhecida por uma entidade reguladora, os relatórios de sustentabilidade divulgados de acordo com a GRI são considerados ter a credibilidade suficiente para serem aceites.

Até agora a comunicação da sustentabilidade não é obrigatória, pelo que tem sido um exercício voluntário em que as entidades detêm o controlo sobre o que, como e quando comunicar. Não sendo obrigatórios, o papel de uma verificação externa, ou seja, uma auditoria aos relatórios de sustentabilidade, é essencial para obter a garantia de fiabilidade e aumentar a sua credibilidade perante os seus utilizadores.

4.2. Motivos e Diretrizes para elaboração dos relatórios de sustentabilidade

Existem vários motivos para que as empresas elaborem relatórios de sustentabilidade, todavia pode destacar-se sobretudo um: a empresa emite o relatório porque acredita que a organização de uma forma ou de outra beneficiará com isso. Essa motivação pode ter origem interna ou externa, tangível ou intangível, financeira ou moral, podendo também mudar ao longo dos anos.

Conforme o artigo emitido pela GRI «Relatórios de Sustentabilidade da GRI: Quanto vale essa jornada?» (GRI, 2012), podem destacar-se algumas das principais causas para que as empresas emitam RS:

- a) Demonstrar compromisso e ser transparente: num mundo em que as questões ambientais, sociais e económicas são cada vez mais do interesse de todos, a empresa espera que com o seu relatório (com transparência e profissionalismo, descrevendo tanto aspetos positivos como negativos) consiga melhorar a sua reputação e a credibilidade perante investidores, clientes e a sociedade no geral;
- b) Demonstrar capacidade de participar em mercados competitivos: a empresa ao demonstrar no seu RS que entende a relação entre o seu desempenho e a sustentabilidade, revela um indicador da qualidade de gestão;
- c) Planear atividades, tornar-se mais sustentável e posicionar a empresa;
- d) Seguir a legislação: em alguns países existe a obrigação de emissão dos relatórios de sustentabilidade por parte das empresas, contudo noutros países ainda não, o que leva as empresas a fazerem na mesma para no futuro já estarem aptas a fazê-lo.

4.3. Princípios da GRI

Para produzir o relatório de sustentabilidade de uma forma mais fiável, a empresa pode optar pela de diretrizes que a GRI propõe, visto ser uma estrutura globalmente aceite.

Essa estrutura baseia-se em diretrizes que (G3, 2006:5) «[c]onsistem em princípios que definem o conteúdo do relatório e que asseguram a qualidade da informação relatada. Inclui ainda, um conjunto de informações-padrão, compostas por indicadores de desempenho e outros tópicos a divulgar [...]»

Estes princípios constituem um acordo entre a entidade que elabora os relatórios e o utilizador, garantindo que ambas as partes partilham um entendimento comum sobre os fundamentos do relatório, tornando assim os relatórios mais credíveis e transparentes comparativamente aquelas empresas que não seguem as diretrizes/princípios da GRI.

Esses princípios dividem-se em duas partes: Princípio para definição do conteúdo do relatório e Princípios para assegurar a qualidade do relatório, num total de onze princípios.

Segundo o G4 (2013: 16-18), quanto aos princípios para a definição do conteúdo do relatório destacam-se:

- Inclusão dos *stakeholders* – A empresa deve reconhecer quais são os seus *stakeholders* e explicar no relatório as medidas que adotou para ir de encontro às suas expectativas/interesses;
- Contexto da Sustentabilidade – o relatório deverá conter uma descrição acerca do desempenho da empresa no âmbito da sustentabilidade;
- Materialidade – o relatório deverá conter os impactos económicos, ambientais e sociais;
- Completude – os aspetos materiais revelados devem ser suficientemente amplos para que os *stakeholders* consigam avaliar o desempenho da organização para aquele período de tempo.

No que diz respeito aos Princípios para Assegurar a Qualidade do Relatório, evidenciam-se:

- Equilíbrio – Devem ser divulgados os aspetos positivos e negativos do desempenho para que a sua análise seja equilibrada;

- Comparabilidade – as informações devem ser divulgadas de forma consistente para que os *stakeholders* consigam comparar o desempenho económico, social e ambiental da organização de períodos diferentes ou mesmo com outras organizações;
- Exatidão – as informações divulgadas devem ser detalhadas e precisas;
- Tempestividade – As informações devem ser disponibilizadas a tempo de permitir que os *stakeholders* tomem as suas decisões e os seus eventos devem ser atuais;
- Clareza – as informações devem ser compreensíveis e acessíveis a todos os *stakeholders*;
- Confiabilidade – antes da divulgação do relatório a empresa deve reunir, registar, analisar e divulgar as informações para que seja possível uma revisão mais eficaz.

4.4. Indicadores de Desempenho

As diretrizes da GRI estão divididas em duas partes, sendo que a primeira é relativa ao limite, conteúdo e qualidade, enquanto a segunda diz respeito à informação padrão que é composta por três indicadores de desempenho: o económico, social e ambiental.

Para cada uma das dimensões de sustentabilidade contemplam-se três níveis: as categorias (áreas dos temas económicos, ambientais ou sociais que afetam as partes interessadas), os aspetos (elementos relacionados com uma categoria específica) e os indicadores (valores específicos de um aspeto concreto que possam ser utilizados para acompanhar e demonstrar o desempenho).

4.4.1. Desempenho económico

O desempenho económico refere a dimensão económica da empresa em relação aos impactos das organizações sobre as condições económicas dos seus *stakeholders* e sobre os sistemas económicos a nível local, nacional e global. Assim, os indicadores económicos ilustram os fluxos de capital entre os diferentes *stakeholders* e os principais impactos económicos da organização sobre a sociedade como um todo (GRI, 2006: 30).

Através da apresentação do quadro seguinte, percebemos que o desempenho económico apresenta um total de nove indicadores, divididos por três aspetos (GRI, 2011: 26).

Quadro 1 – Descrição dos indicadores do desempenho económico

Aspeto: Desempenho Económico	
EC1	Valor económico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, indemnizações a trabalhadores, donativos e outros investimentos na comunidade, lucros não distribuídos e pagamentos a investidores e governos
EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização, devido às alterações climáticas.
EC3	Cobertura das obrigações referentes ao plano de benefícios definidos pela organização.
EC4	Apoio financeiro significativo recebido do governo.
Aspeto: Presença no Mercado	
EC5	Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, nas unidades operacionais importantes.
EC6	Políticas, práticas e proporção de custos com fornecedores locais, em unidades operacionais importantes.
EC7	Procedimentos para contratação local e proporção de cargos de gestão de topo ocupado por indivíduos provenientes da comunidade local, nas unidades operacionais mais importantes.
Aspeto: Impactos Económicos Indiretos	
EC8	Desenvolvimento e impacto dos investimentos em infra-estruturas e serviços que visam essencialmente o benefício público através de envolvimento comercial, em géneros ou pro bono.
EC9	Descrição e análise dos Impactos Económicos indiretos mais significativos, incluindo a sua extensão

Fonte: Adaptado de Carvalho (2010)

Com o lançamento da G4 em 2013, o número de aspetos e indicadores permanece igual, quatro e nove respetivamente, apenas com a alteração da ordem dos indicadores:

- EC6 passa a ser EC9;
- EC7 passa a ser EC6;
- EC8 passa a ser EC7;
- EC9 passa a ser EC8.

4.4.2. Desempenho ambiental

Com o passar dos anos a degradação ambiental tem aumentado significativamente, coagindo as pessoas e as empresas a alterarem os seus comportamentos, nomeadamente na adoção de sistemas de controlo e de proteção ambiental.

Segundo o Livro Verde – Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas (2001), o papel das empresas na responsabilidade social passa por contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo.

Assim, a dimensão ambiental diz respeito aos impactos da organização sobre os ecossistemas, incluindo os aspetos bióticos e abióticos (solo, ar e água) (G4, 2013). A divulgação deste tipo de informação é feita de forma voluntária pelas próprias empresas, como forma de responderem às mudanças estruturais bem como possibilita o estabelecimento de um diálogo transparente com os seus *stakeholders*.

A consciencialização de uma responsabilidade ambiental é sobretudo baseada na convicção de que é possível simultaneamente obter crescimento económico e proteção ambiental.

O desempenho ambiental divide-se em trinta indicadores que incluem nove aspetos, como se mostra no quadro seguinte:

Quadro 2 – Descrição dos indicadores de desempenho ambiental

Aspeto: Materiais	
EN1	Materiais utilizadas, por peso ou por volume.
EN2	Percentagem de materiais utilizadas que são provenientes de reciclagem.
Aspeto: Energia	
EN3	Consumo direto de energia, discriminado por fonte de energia primária.
EN4	Consumo indireto de energia, discriminado por fonte primária.
EN5	Total de poupança de energia devido a melhorias na conservação e na eficiência.
EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética ou nas energias renováveis, e reduções no consumo de energia em resultado dessas iniciativas.
EN7	Iniciativas para reduzir o consumo indireto de energia e reduções alcançadas.
Aspeto: Água	
EN8	Consumo total de água, por fonte
EN9	Recursos hídricos significativamente afetadas pelo consumo de água.
EN10	Percentagem e volume total de água reciclada e reutilizada.
Aspeto: Biodiversidade	
EN11	Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização, no interior de zonas protegidas, ou a elas adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas.
EN12	Descrição dos impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade das áreas protegidas e sobre as áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.
EN13	Habitats protegidos ou recuperados
EN14	Estratégias e programas, atuais e futuros, de gestão de impactos na biodiversidade.
EN15	Número de espécies, na Lista Vermelha da IUCN e na lista nacional de conservação das espécies, com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção.
Aspeto: Emissões, Efluentes e Resíduos	
EN16	Emissões totais diretas e indiretas de gases com efeito de estufa, por peso.
EN17	Outras emissões indiretas relevantes de gases com efeito de estufa, por peso.
EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, assim como reduções alcançadas.
EN19	Emissão de substâncias destruidoras da camada de ozono, por peso.
EN20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e por peso.
EN21	Descarga total de água, por qualidade e destino
EN22	Quantidade total de resíduos, por tipo e método de eliminação.
EN23	Número e volume total de derrames significativos
EN24	Peso dos resíduos transportados, importados, exportados ou tratados, considerados perigosos nos termos da Convenção de Basileia – Anexos I, II, III e VIII, e percentagem de resíduos transportados por navio, a nível internacional.
EN25	Identidade, dimensão, estatuto de proteção e valor para a biodiversidade dos recursos hídricos e respetivos habitats, afetados de forma significativa pelas descargas de água e escoamento superficial.
Aspeto: Produtos e Serviços	
EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e grau de redução do impacte.
EN27	Percentagem recuperada de produtos vendidos e respetivas embalagens, por categoria.
Aspeto: Conformidade	
EN28	Montantes envolvidos no pagamento de coimas significativas e o número total de sanções não-monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais.
Aspeto: Transporte	
EN29	Impactos ambientais significativos, resultantes do transporte de produtos e outros bens ou matérias-primas utilizados nas operações da organização, bem como o transporte de funcionários.
Aspeto: Geral	
EN30	Total de custos e investimentos com a proteção ambiental, por tipo.

Fonte: Adaptado de Carvalho (2010)

Com o lançamento do G4, o número de aspetos sobe para doze enquanto o número de indicadores aumenta para trinta e quatro, existindo também alterações na ordem dos indicadores:

- EN4 passa a incluir aspetos do EN3 e é adicionado um novo EN4 (Consumo da energia fora da organização) e EN5 (Intensidade energética);
- EN6 passa a ser EN7;
- EN7 passa a ser EN6;
- EN15 passa a ser EN14;
- EN16 divide-se em EN15 (Emissões diretas de gases de efeitos de estufa) e EN16 (emissões indiretas de gases efeitos de estufa provenientes da aquisição de energia);
- EN18 passa a ser EN19;
- EN19 passa a ser EN20;
- EN20 passa a ser EN21;
- EN21 passa a ser EN22;
- EN26 passa a ser EN27;

Os novos indicadores são:

- EN32 – Percentagem de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais;
- EN33 – Impactos ambientais negativos significativos reais e potenciais na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito;
- EN34 – Número de queixas e reclamações relacionados em impactos ambientais, processados e solucionados.

Os novos aspetos introduzidos foram:

- O aspeto emissões, efluentes e resíduos foi repartido em dois (aspeto emissões e o aspeto efluentes e resíduos)
- Introdução do aspeto avaliação ambiental de fornecedores

Apenas foram introduzidos três novos indicadores, o total de 34 justifica-se pelo facto de alguns indicadores terem-se dividido em dois.

4.4.3. Desempenho social

Este indicador incide sobre a dimensão social que causa impacto na atividade de uma organização na sociedade, isto é, empregados, clientes, comunidade, fornecedores e sócios empresariais.

Os indicadores de desempenho social encontram-se divididos em quatro categorias: Práticas Laborais e Trabalho Condigno, Direitos Humanos, Sociedade e Responsabilidade pelo Produto.

- Indicadores de Desempenho de Práticas Laborais e Trabalho Condigno

Quadro 3 – Descrição dos indicadores do desempenho social

Aspeto: Emprego	
LA1	Discrimine a mão-de-obra total, por tipo de emprego, por contrato de trabalho e por região.
LA2	Número total de trabalhadores e respetiva taxa de rotatividade, por faixa etária, género e região.
LA3	Benefícios assegurados aos funcionários a tempo inteiro que não são concedidos a funcionários temporários ou a tempo parcial.
Aspeto: Relações entre Funcionários e Administração	
LA4	Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de contratação colectiva.
LA5	Prazos mínimos de notificação prévia em relação a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento é mencionado nos acordos de contratação coletiva.
Aspeto: Segurança e Saúde no Trabalho	
LA6	Percentagem da totalidade da mão-de obra representada em comissões formais de segurança e saúde, que ajudam no acompanhamento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional.
LA7	Taxa de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados com o trabalho, por região.
LA8	Programas em curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controlo de risco, em curso, para garantir assistência aos trabalhadores, às suas famílias ou aos membros da comunidade afectados por doenças graves.
LA9	Tópicos relativos a saúde e segurança, abrangidos por acordos formais com sindicatos.
LA10	Média de horas de formação, por ano, por trabalhador, discriminadas por categoria de funções.
LA11	Programas para a gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para a gestão de carreira.
LA12	Percentagem de funcionários que recebem, regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento da carreira.
Aspeto: Diversidade e Igualdade de Oportunidades	
LA13	Composição dos órgãos sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria, de acordo com o género, a faixa etária, as minorias e outros indicadores de diversidade.
LA14	Discriminação do rácio do salário base entre homens e mulheres, por categoria de funções.

Fonte: Adaptado de Carvalho (2010)

Com o lançamento do G4, o número de indicadores deixa de ser catorze e passa a ser de dezasseis:

- LA15 – Impactos negativos significativos reais e potenciais para as práticas trabalhistas na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito.
- LA16 – Número de queixas e reclamações relacionadas a práticas trabalhistas registadas, processadas e solucionadas

Outra das mudanças verificadas é a exclusão do LA1 e LA4 que passa a fazer parte da diretriz ‘‘Perfil da Organização’’, o que por sua vez modifica a ordem dos indicadores.

- Indicadores de Desempenho Referentes aos Direitos Humanos

Quadro 4 – Descrição dos indicadores do desempenho social

Aspeto: Práticas de Investimento e de Aquisições	
HR1	Percentagem e número total de contratos de investimento significativos que incluam cláusulas referentes aos direitos humanos ou que foram submetidos a análise referentes aos direitos humanos.
HR2	Percentagem dos principais fornecedores e empresas contratadas que foram submetidos a avaliações relativas a direitos humanos e medidas tomadas
HR3	Número total de horas de formação em políticas e procedimentos relativos a aspetos dos direitos humanos relevantes para as operações, incluindo a percentagem de funcionários que beneficiaram de formação.
Aspeto: Não-discriminação	
HR4	Número total de casos de discriminação e ações tomadas.
Aspeto: Liberdade de Associação e Acordo de Negociação Coletiva	
HR5	Casos em que exista um risco significativo de impedimento ao livre exercício da liberdade de associação e realização de acordos de contratação coletiva, e medidas que contribuam para a sua eliminação.
Aspeto: Trabalho Infantil	
HR6	Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho infantil, e medidas que contribuam para a sua eliminação.
Aspeto: Trabalho Forçado e Escravo	
HR7	Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou escravo, e medidas que contribuam para a sua eliminação.
Aspeto: Práticas de Segurança	
HR8	Percentagem do pessoal de segurança submetido a formação nas políticas ou procedimentos da organização, relativos aos direitos humanos, e que são relevantes para as operações.
Aspeto: Direitos dos Povos Indígenas	
HR9	Número total de Incidentes que envolvam a violação dos direitos dos povos indígenas e ações tomadas.

Fonte: Global Reporting Initiative (2006) – Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade

O G4 introduziu dois novos indicadores:

- HR10 – Percentagem de novos fornecedores selecionados com base em critérios relacionados a direitos humanos
 - HR11 – Número de fornecedores submetidos a avaliações de impacto em direitos humanos
- Indicadores de Desempenho Social Referente à Sociedade

Quadro 5 – Descrição dos indicadores de desempenho social

Aspeto: Comunidade	
SO1	Natureza, âmbito e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo no momento da sua instalação durante a operação e no momento da retirada.
Aspeto: Corrupção	
SO2	Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção.
SO3	Percentagem de trabalhadores que tenham efetuado formação nas políticas e práticas de anticorrupção da organização.
SO4	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.
Aspeto: Políticas Públicas	
SO5	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e em grupos de pressão.
SO6	Valor total das contribuições financeiras ou em espécie a partidos políticos, políticos ou a instituições relacionadas, discriminadas por país.
Aspeto: Concorrência Desleal	
SO7	Número total de ações judiciais por concorrência desleal, antitrust e práticas de monopólio, bem como os seus resultados.
Aspeto: Conformidade	
SO8	Montantes das coimas significativas e número total de sanções não monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais.

Fonte: Adaptado de Carvalho (2010)

Em 2013, o G4 acrescentou três novos indicadores:

- SO9 - Percentagem de novos fornecedores selecionados com base em critérios relativos a impactos na sociedade
 - SO10 - Impactos negativos significativos reais e potenciais da cadeia de fornecedores na sociedade e medidas tomadas a esse respeito
 - SO11 – Número de queixas e reclamações relacionados em impactos registados, processados e solucionados.
- Indicadores de Desempenho Social Referente à Responsabilidade pelo Produto.

Quadro 6 – Descrição dos indicadores de desempenho social

Aspeto: Saúde e Segurança do Cliente	
PR1	Indique os ciclos de vida dos produtos e serviços em que os impactos de saúde e segurança são avaliados com o objetivo de efetuar melhorias, bem como a percentagem das principais categorias de produtos e serviços sujeitas a tais procedimentos.
PR2	Refira o número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos aos impactos, na saúde e segurança, dos produtos e serviços durante o respetivo ciclo de vida, discriminado por tipo de resultado.
Aspeto: Rotulagem de Produtos e Serviços	
PR3	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por regulamentos, e a percentagem de produtos e serviços significativos sujeitos a tais requisitos.
PR4	Indique o número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos à informação e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado.
PR5	Procedimentos relacionados com a satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que meçam a satisfação do cliente.
Aspeto: Comunicações de Marketing	
PR6	Programas de observância das leis, normas e códigos voluntários relacionados com comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.
PR7	Indique o número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado.
Aspeto: Privacidade do Cliente	
PR8	Número total de reclamações registadas relativas à violação da privacidade de clientes.
Aspeto: Conformidade	
PR9	Montante das coimas (significativas) por incumprimento de leis e regulamentos relativos ao fornecimento e utilização de produtos e serviços.

Fonte: Adaptado de Carvalho (2010)

Por fim, o aspeto da responsabilidade pelo produto não sofreu nenhuma alteração com a introdução do G4.

O lançamento das novas diretrizes G4 veio também trazer algumas alterações a nível dos indicadores e dos aspetos a serem divulgados. Para a publicação de um relatório GRI, terá agora duas opções para estar “in accordance”: Core (essencial) ou Comprehensive (Abrangente). Estas opções distinguem-se por a primeira incluir os elementos essenciais de um relatório de sustentabilidade (conteúdos padrão gerais) enquanto a segunda inclui os elementos essenciais mas também informações complementares acerca da estratégia, análise, ética, integridade e governança, o que inclui também uma comunicação mais ampla acerca do seu desempenho (GRI 2013:11).

Os conteúdos padrão gerais dividem-se em sete partes (G4 2013: 24):

1. Estratégia e análise

Tem como objetivo fornecer uma visão estratégica e panorâmica sobre o relacionamento da empresa com a sustentabilidade. Nesta secção deve ser apresentada uma declaração da pessoa com maior poder dentro da organização, onde se incluem as prioridades estratégicas, o que afeta a organização, as principais realizações e fracassos, uma opinião e uma perspetiva sobre os desafios e metas da organização. Deve também ser apresentada uma explicação dos riscos, oportunidades e impactos.

2. Perfil Organizacional

Nesta parte é fornecida uma visão geral sobre a empresa, que envolve: o nome da empresa, principais marcas, produtos/serviços, a localização e o número de países em que opera, natureza e forma jurídica da organização, mercados em que atua, dimensão da organização, cadeia de fornecedores.

3. Aspetos Materiais

Esta secção caracteriza-se por oferecer uma visão global do processo que a empresa adotou para definir o conteúdo a integrar no relatório. Inclui a lista de todas as empresas incluídas nas demonstrações financeiras, qual o processo adotado bem como a definição dos limites bem como todos os aspetos relevantes para o conteúdo do relatório.

4. Envolvimento de *stakeholders*

Aqui é divulgada uma lista dos diferentes *stakeholders* interessados na empresa, quais as suas preocupações e quais as medidas que a empresa aplica para responder as essas preocupações.

5. Perfil do Relatório

Nesta secção é fornecida informação geral sobre o relatório de sustentabilidade, nomeadamente o período abrangido, data do último relatório emitido e qual o ciclo de emissão.

6. Governança

Nesta secção os conteúdos padrão devem incidir sobre: a estrutura de liderança da empresa, qual o papel desempenhado pelo órgão mais alto, como faz a gestão dos riscos, qual o seu papel na elaboração dos relatórios de sustentabilidade e na avaliação do desempenho económico, ambiental e social.

7. Ética e Integridade

Neste ponto a empresa deve oferecer uma visão geral acerca dos valores, princípios e normas da empresa (códigos de conduta), dos mecanismos internos e externos utilizados para orientar o trabalho ético bem como os mecanismos adotados para comunicar preocupações em torno do comportamento ético.

Para além dos conteúdos padrão gerais existem ainda os conteúdos de padrão específico. Estes conteúdos dizem respeito aos indicadores de desempenho que se dividem em três categorias: económico, ambiental e social, que por sua vez está relacionado com a abordagem da gestão que as empresas usam.

A categoria social centra-se nos impactos do desempenho das atividades económicas na sociedade em geral e encontra-se subdividida em práticas laborais, direitos humanos, sociedade responsabilidade pelo produto.

Na categoria ambiental os impactos centram-se sobre o ecossistema (solos, ar e água), sobre os consumos (matérias-primas, energia, água...) e a produção (emissões, resíduos, efluentes...), na biodiversidade, transportes, despesas com o meio ambiente e impactos dos produtos/serviços.

Por fim, na categoria económica, a empresa deve referir aos impactos nas condições económicas das partes interessadas e sobre os sistemas económicos a nível local, nacional e global. Apesar do desempenho financeiro ser crucial para compreender a organização esta informação geralmente já se encontra descrita nas demonstrações financeiras. Assim os indicadores económicos demonstram o fluxo de capital entre as diferentes partes interessadas (*stakeholders*) e os principais impactos da organização na sociedade em geral, ou seja, o «[c]ontributo da organização para a sustentabilidade de um sistema económico alargado.» (G3 2006: 29)

De uma forma sintética, podemos verificar a evolução dos indicadores através do seguinte figura:

GRI	Desempenho económico		Desempenho Ambiental		Desempenho social		Total Indicadores
	Aspetos	Indicadores	Aspetos	Indicadores	Aspetos	Indicadores	
2000	9	23	9	36	2	37	96
2002	5	10	7	16	4	24	50
2006	3	9	9	30	4	40	79
2013	4	9	12	34	4	48	91

Figura 4.2 – Evolução dos aspetos e dos indicadores do desempenho económico, ambiental e social

Fonte: Adaptado de Carvalho (2010)

4.5. Fases do Processo de elaboração dos relatórios de sustentabilidade

Para além da opção das entidades poderem seguir as diretrizes emitidas pela GRI, existe ainda a possibilidade de também poderem seguir as diferentes fases do processo de elaboração dos relatórios de sustentabilidade que a GRI propõe.

As fases de elaboração são divididas em cinco etapas:

- 1) Preparação – conceber o RS e desenvolver um plano de ação (definição da equipa responsável, organização, realização de reuniões, tomada de decisões importantes acerca de onde será integrado o relatório.);
- 2) Comunicação – identificar os *stakeholders* e dialogar de forma a perceber o que consideram ser mais importante incluir no RS;
- 3) Definição – eleger os temas a serem relatados, ou seja, definir as questões mais importantes para a execução das metas de sustentabilidade da empresa que respondem às necessidades dos *stakeholders*;
- 4) Monitorização – analisar processos e monitorizar as atividades seguindo os princípios do equilíbrio, comparabilidade, confiabilidade, exatidão, periodicidade e clareza;
- 5) Relatar – reunir toda a informação, preparar o relatório e por fim publicá-lo de forma a chegar a todos os *stakeholders*.

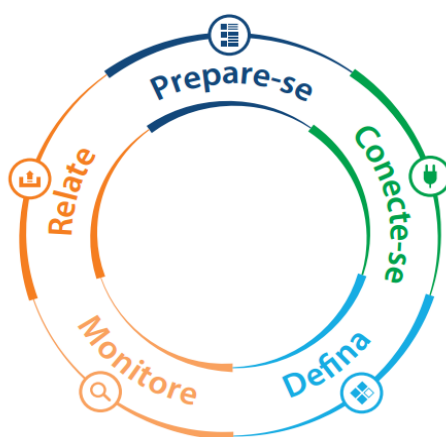


Figura 4.3 - Modelo do processo de relato

Fonte: Global Reporting Initiative (2014) – Preparado para relatar?

4.6. Níveis de aplicação

Após a conclusão do relatório, é necessário declarar qual o nível de aplicação da estrutura da GRI. Esse nível resulta de uma combinação dos elementos da estrutura da GRI que foram utilizados para elaborar o relatório, ou seja, a organização auto declara um determinado nível com base na sua própria avaliação do relatório que fez.

É um sistema que apresenta três níveis: o principiante, o intermédio e o experiente. Estes níveis dependem da experiência de quem elabora o RS, sendo representado pelas letras C, B e A.

A empresa pode ainda acrescentar o sinal mais (+) por exemplo C+, B+ ou A+, se existirem processos de garantia externa de fidelidade. Estes processos de garantia externa são um meio de evitar acusações acerca dos relatórios de sustentabilidade não terem substância.

Relatório Níveis de aplicação		C	C+	B	B+	A	A+
Conteúdo do Relatório	Perfil da G3 RESULTADO	Responder aos itens: 1.1; 2.1 a 2.10; 3.1 a 3.8, 3.10 a 3.12; 4.1 a 4.4, 4.14 a 4.15.		Responder a todos os critérios elencados para o Nível C mais: 1.2; 3.9, 3.13; 4.5 a 4.13, 4.16 a 4.17.		O mesmo exigido para o nível B	
	Informações sobre a Forma de Gestão da G3 RESULTADO	Não exigido	Com Verificação Externa	Informações sobre a Forma de Gestão para cada Categoria de Indicador	Com Verificação Externa	Forma de Gestão divulgada para cada Categoria de Indicador	Com Verificação Externa
	Indicadores de Desempenho da G3 & Indicadores de Desempenho do Suplemento Setorial RESULTADO	Responder a um mínimo de 10 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: social, económico e ambiental.		Responder a um mínimo de 20 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: económico, ambiental, dir. humanos, práticas trabalhistas, sociedade, responsabilidade pelo produto.		Responder a cada Indicador essencial da G3 e do Suplemento Setorial* com a devida consideração ao Princípio da materialidade de uma das seguintes formas: a) respondendo ao indicador ou b) explicando o motivo da omissão.	

*Suplemento Setorial em sua versão final.

Figura 4.4 - Níveis de Aplicação

Fonte: Global Reporting Initiative (2006) – Relatórios de sustentabilidade da GRI

Vejamos o exemplo a seguir que ilustra a autodeclaração de uma organização sendo nível B. Essa declaração foi submetida a verificação externa e foi também examinada pela GRI. Como não assinalou a parte do (+) significa que não existiram processos de garantia externa.


		2002 "de acordo com"	C	C+	B	B+	A	A+
Obrigatório	Auto declarado				✓			
	Examinado por Terceiros			Com Verificação Externa	✓	Com Verificação Externa		Com Verificação Externa
Opcional	Examinado pela GRI							Com Verificação Externa

Figura 4.5 - Exemplo Níveis de Aplicação

Fonte: Global Reporting Initiative (2006) – Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade

O sucesso dos relatórios de sustentabilidade depende da informação neles contida ser real, credível, fiável e íntegra. Por isso, a credibilização/garantia de fiabilidade é um processo essencial e a falta deste diminuiu a qualidade e utilidade dos mesmos. Uma vez que há várias áreas quantificáveis, podem ser incluídos diferentes níveis de garantia para diferentes partes do relatório.

Segundo a *Global Reporting Initiative* (GRI), há credibilização quanto a:

- Precisão e integridade dos dados quantificáveis;
- Confiança dos rácios e indicadores e dos mecanismos utilizados para medir e registar os dados;
- Se o relatório foi executado tendo em conta determinadas normas;
- Se a empresa debateu com os seus *stakeholders*;
- Se as políticas internas e sistemas de gestão foram implementados de acordo com o que foi dito pela administração;
- E se o relatório não apresenta erros relevantes mas sim uma imagem completa e justa.

Os relatórios de sustentabilidade não são obrigados a serem credibilizados e nem há regulamentação que determine quem os deve credibilizar. São as próprias empresas que, voluntariamente os credibilizam tanto internamente como externamente.

Internamente aplica-se às políticas, à estrutura da organização, aos sistemas de gestão, à gestão do risco, ao registo das conformidades e aos sistemas de auditorias internas.

A credibilização externa é fulcral para compensar a falta de controlo interno e acreditar que os benefícios são superiores aos custos.

Uma das diferenças existentes nas novas diretrizes G4 é a eliminação dos níveis de aplicação anteriormente existentes (A, B e C) com o objetivo das organizações deixarem de relatar todos os indicadores existentes. O sinal + que era utilizado para procedimentos de auditoria externa também deixa de existir, no entanto, como sinal da sua extrema importância vai constar numa nova tabela da GRI a informação da existência ou não de verificação externa, por indicador de perfil ou de desempenho (GRI, 2013:85).

4.7. Outras normas e certificações

Sendo a responsabilidade social das empresas um conceito geralmente de cariz voluntário, existem diversas ferramentas de apoio às organizações, sobretudo alguns documentos-tipo ou diretrizes internacionais, para orientação/implementação de todos os requisitos exigidos para um desenvolvimento sustentável.

Em Portugal, existem inúmeras certificações às quais as empresas podem recorrer, que segundo o site português «Portal da Empresa» podem ser:

- Sistemas de Gestão da Qualidade (ISO 9001:2008);
- Sistemas de Gestão Ambiental (ISO 14001:2004 e EMAS);
- Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (OSHAS 18001:2007/NP 4397:2008);
- Sistema de Gestão da Responsabilidade Social. Parte 1: Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização (NP 4469-1:2008);

- Sistemas de Gestão da Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI) (NP 4457:2007);
- Sistemas de Gestão de Recursos Humanos (NP 4427:2004);
- Sistemas de Gestão de Energia (NP EN 16001:2009).

Ao conseguir obter estas certificações, a empresa irá conseguir obter uma vantagem face à concorrência, pois aparecerá nos seus relatórios de sustentabilidade, o que irá transmitir uma melhor imagem da empresa com mais segurança e fiabilidade.

Existem outras normas internacionais às quais as empresas podem recorrer para obter certificações externas, como por exemplo:

- AA1000 - O *Institute for Social and Ethical Accountability* foi criado em 1996 com o objetivo primordial de produzir um conjunto de orientações de responsabilidade social. Desenvolveu um conjunto de ferramentas, configurações e indicadores para os procedimentos dos agentes sociais, ou seja, formação e certificação para os auditores independentes de informação social. Este instituto foca-se na avaliação da relevância, abrangência e confiabilidade das informações dos relatórios de sustentabilidade.
- ISAE 3000 - A *International Standard on Assurance Engagement 3000* foi criada em 2000 com o objetivo de delinear uma estrutura básica para a realização de auditorias de grande dimensão a todas as vertentes que não sejam a área financeira da empresa: a ambiental, social, sustentabilidade, auditorias de sistemas de informação, controlo interno e processos de gestão corporativa e cumprimento das auditorias nas condições de concessão, contratos e regulamentos. A ISAE 3000 abrange o nível de fiabilidade, a hipótese de recorrer a um grupo Interdisciplinar, testes e verificações (análise de dados e de indicadores), avaliação do risco de auditoria, regras de elaboração dos relatórios e configuração da declaração final de garantia que pode ser razoável ou limitada.
- ISO 26000 – É uma norma internacional de responsabilidade social criada em 2010. Esta norma foi criada com o intuito de ajudar as empresas no que diz respeito ao conceito de responsabilidade social, sobre a ética e a forma de como as empresas podem desenvolver as suas atividades, de forma a garantir a saúde e o bem-estar da sociedade.

- Norma SA 8000 – Esta norma permite certificar as empresas com Sistemas de Gestão da Responsabilidade Social implementados. Diz respeito à prática de boas condições de trabalho e é baseada nos princípios internacionais dos direitos humanos e nas convenções da Organização Internacional do Trabalho (International Labour Organization). Esta norma abrange aspetos como: trabalho infantil ,trabalho forçado, saúde e segurança, liberdade de associação e direito à negociação coletiva, discriminação, práticas disciplinares, horário de trabalho, remuneração e sistemas de gestão. (Revistas Anual BSCD 2006)
- Indicadores Ethos e o Benchmark – São uma ferramenta de auxílio às empresas como forma de autodiagnóstico dos impactos sociais e ambientais decorrentes da atividade da empresa. O instituto Ethos foi criado com o objetivo de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir o seu negócio de uma forma sustentável. O Benchmark caracteriza-se por uma comparação e avaliação dos diferentes processos de negócio da entidade comparativamente a uma norma ou referência com o objetivo de melhorar o desempenho da atividade. (Revistas Anual BSCD 2006)
- Global Compact – Ao contrário das outras normas que visam ser de avaliação, esta é uma norma também voluntária, mas com o objetivo de estimular a mudança da organização através de boas práticas e soluções inovadoras através de um documento estrutural de recomendações feitas pela Global Compact. Rege-se através de dez princípios que abordam temas como os direitos humanos, trabalho, ambiente, anti - corrupção... (Revistas Anual BSCD 2006)

Estão também disponíveis diversas publicações (manuais/livros de instruções) que podem ser úteis às organizações para o enquadramento das questões práticas de aplicação de responsabilidade social empresarial.

5. Método de investigação e análise de dados

A realização deste estudo empírico é uma parte fundamental neste trabalho, por permitir estudar a evolução da aplicação ou não das diretrizes da GRI com base nos relatórios de sustentabilidade das empresas.

Tal como já foi referido, o objetivo deste estudo consiste em efetuar uma análise documental dos relatórios de sustentabilidade elaborados e emitidos pelas empresas, que têm como principal objetivo divulgar às partes interessadas os seus desempenhos: económico, social e ambiental. Essa análise consiste em verificar o conteúdo dos relatórios publicados e como incorporam os conteúdos emanados pelas diretrizes requeridos pela GRI na elaboração dos mesmos.

A partir da investigação elaborada por Carvalho (2010), que analisou as empresas que até 2008 adotavam a GRI, pretende-se agora analisar a evolução da aplicação das mesmas decorridos cinco anos, ou seja, no ano de 2013.

5.1. Caracterização do Universo e Dimensão da Amostra

De acordo com a metodologia utilizada na investigação realizada por Carvalho (2010), partiu-se do universo de empresas que integra agora o PSI Geral.

Das cinquenta e cinco empresas pertencentes ao PSI Geral em 2013, excluíram-se as Sociedades Desportivas (Futebol Clube do Porto, SAD; Sport Lisboa e Benfica, SAD e Sporting Clube de Portugal, SAD). Foram também excluídas as empresas subsidiárias que fazem parte do grupo já incluído - Sonae, Edp, Estoril, Inapa. Assim, o conjunto de empresas após estas exclusões passa a ser de quarenta e três. Para uma melhor precisão da análise evolutiva da aplicação das diretrizes da GRI, validou-se quais as empresas que se mantiveram no PSI Geral em 2013 comparativamente com o ano de 2008.

Procedeu-se assim à leitura e análise dos relatórios anuais e relatórios de sustentabilidade disponibilizados pelas empresas no ano de 2013, de modo a determinar a evolução e a divulgação ou não dos aspetos de desempenho: económico, ambiental e social de acordo com as diretrizes da GRI.

Das quarentas e três empresas que fazem parte do universo em investigação, dezoito têm uma ligação às diretrizes da GRI no que respeita à divulgação de indicadores económicos,

sociais e ambientais. As restantes vinte e uma empresas, oito não apresentam qualquer ligação à sustentabilidade ou à responsabilidade social, enquanto as outras treze nos respetivos relatórios e contas anuais apresentam uma breve indicação dessas temáticas, como se pode verificar no quadro abaixo:

Quadro 7 - Empresas que não aplicam a GRI

Empresa	
Sumol Compal	Emite uma declaração ambiental
Toyota Caetano	É divulgada uma tabela os principais indicadores chave (Não GRI)
Jerónimo Martins	Global Compact
NOS SGPS S.A	Incorpora no relatório anual de contas um capítulo "Sustentabilidade: o nosso compromisso ". O capítulo caracteriza-se por ser muito teórico não tendo correspondência com os indicadores da GRI. Inclui certificação dos sistemas de gestão integrado pelas normas ISO9001 (Qualidade) e ISO14001 (Ambiente)
Semapa	O grupo divulga as várias iniciativas em que esteve envolvido que visam, melhorar a qualidade de vida das comunidades onde se insere o conjunto das suas atividades e a preservação do meio ambiente.
Banco BPI S.A	No seu relatório anual de contas apenas menciona apoio às iniciativas da sociedade em domínios como a solidariedade, a cultura, a educação e investigação e a inovação e empreendedorismo.
Reditus SGPS	Integra no relatório e contas um capítulo intitulado "Responsabilidade Social e Sustentabilidade" (colaboradores, sociedade, ambiente, economia)
Orey Antunes	Integra no relatório e contas um capítulo de recursos humanos onde são abordados os temas: recrutamento, formação e desenvolvimento de colaboradores, sistemas de avaliação de desempenho, sistemas de renumeração e incentivos, estrutura de recursos humanos do grupo.
Cimpor SGPS	No relatório e contas divulga aspetos importantes sobre o desenvolvimento sustentável, nomeadamente: Responsabilidade Ambiental e Social, Investigação e Desenvolvimento, Recursos Humanos, Saúde e Segurança no Trabalho
Compta	O relatório e contas inclui: responsabilidade social e recursos humanos.
Glintt	Publicou recentemente a Política Glintt Responsável, a qual incorpora os 8 compromissos assumidos pelo Grupo para dar resposta às suas preocupações em matéria social, económica e ambiental.
Grupo Media Cap.	Existe um capítulo destinado à responsabilidade social integrado no relatório e contas: Grandes projetos media capital; Projetos sociais; Medidas de voluntariado dentro do grupo; Boas práticas; Dialogo com as partes interessadas; Promoção de princípios humanitários; Empregados
Luz Saúde	Relatório e contas inclui: "Responsabilidade Social e Corporativa (enquadramento, o compromisso da Espírito Santo Saúde com a responsabilidade social, sustentabilidade ambiental.

Nas empresas Cofina SGPS, Estoril Sol, F Ramada Invest, Imob Grão Pára, Impresa SGPS, Novabase SGPS, Martifer e VAA – Vista Alegre no relatório e contas não existe nenhuma ligação à sustentabilidade ou à responsabilidade social.

Através da investigação de Carvalho (2019), sabe-se que no ano de 2008, dezoito empresas cotadas apresentavam um total de mais de cinquenta indicadores divulgados. Quanto ao ano de 2013, verifica-se que o número de empresas que evidenciavam a aplicação da GRI

são as que se apresentam no quadro seguinte com o respetivo número de indicadores divulgados (InDiv):

Quadro 8 - Universo de empresas em análise

	2013	InDiv
1	Pharol - G4	91
2	BCP Millennium - G3.1	79
3	Portucel - G3.1	82
4	REN - G3	79
5	Galp Energia - G3.1	79
6	EDP - G3.1	75
7	Banco Santander - G3	74
8	CTT Correios Portugal - G3.1	84
9	IBERSOL SGPS - G3	51
10	Corticeira Amorim - G3	49
11	SonaeCom SGPS - G4	35
12	Banif S.A - G4	29
13	BES - G4	14
14	Altri - G3.1	15
15	Mota Engil G3.1	23
16	SAG -G3.1	4
17	Soares da Costa Inv. G3.1	7
18	Montepio G3.1	7

Decorridos cinco anos, algumas das empresas mantiveram-se: BCP Millennium, REN, Galp, Edp e a Ibersol, bem como a entrada de quatro novas empresas: Pharol, Potucel, Banco Santander e CTT Correios.

Após a validação das empresas que saíram e entraram no PSI Geral no decorrer destes cinco anos, a amostra deste estudo, serão aquelas que permaneceram quer em 2008 bem como em 2013:

- Altri
- BES
- EDP
- REN
- Galp
- Ibersol
- Soares da Costa
- Mota-Engil
- SonaeCom
- BCP

5.2. Análise univariada dos dados

Após uma cuidada análise de conteúdos dos Relatórios e Contas bem como dos relatórios de Sustentabilidade, efetuou-se a recolha dos dados, para apurar a quantidade de informação divulgada sobre os indicadores dos desempenhos: económico, ambiental e social. Procedeu-se assim à elaboração de um quadro de recolha, atribuindo a cada item um valor binário que é 0 ou 1: 0 se não divulga informação sobre o indicador; 1 se divulga informação sobre o indicador ou quando é referenciado como “Não Aplicável”, dado que se considerou que este facto se resumia na divulgação de informação.

Para efeitos dos índices de divulgação voluntária, utilizou-se neste trabalho a mesma metodologia de investigação que Carvalho (2010) em 2008, tendo em conta as mesmas áreas de desempenho e respetivos indicadores.

O método de cálculo desses índices foi feito com base nas seguintes fórmulas:

Índice desempenho
económico:

$$IDE = \left[\sum_{j=1}^e \frac{e_j}{e} \right] / n$$

Índice de desempenho
ambiental

$$IDA = \left[\sum_{j=1}^e \frac{e_j}{e} \right] / n$$

Índice de desempenho
social

$$IDS = \left[\sum_{j=1}^e \frac{e_j}{e} \right] / n$$

Em que,

e_j = Empresa j em análise

e = Número máximo de indicadores desempenho (económico, ambiental e social)

n = Número máximo de empresas (10)

Assim, o grau de divulgação por cada área de desempenho, obtêm-se através da divisão da pontuação total obtida por cada indicador pelo número máximo de indicadores da área de desempenho respetiva, sendo ainda este valor dividido pelo número máximo de empresas.

5.3. Análise percentual dos indicadores e aspetos divulgados pelas entidades

Neste ponto será analisada a percentagem de divulgação da informação sobre responsabilidade social a nível do desempenho económico. Apresentam-se os nove indicadores que compõe este desempenho, assim como o nível de divulgação em 2008 e 2013, a média de divulgação de cada indicador e a sua variação neste período.

Quadro 9 – Percentagem de divulgação do DE

	Indicador	Descrição	Divulgação 2008	Divulgação 2013	Varição 2008 - 2013
Económico	EC 1	Valor económico gerado e distribuído	100%	90%	-10%
	EC 2	Investimentos por alterações do clima	80%	60%	-20%
	EC 3	Obrigações com planos de pensões	90%	60%	-30%
	EC 4	Apoio financeiro recebido	100%	60%	-40%
Mercado	EC 5	Rácios de salários	70%	50%	-20%
	EC 6	Fornecedores locais	100%	50%	-50%
	EC 7	Contratação	90%	60%	-30%
Indiretos	EC 8	Infra-estruturas	100%	60%	-40%
	EC 9	Impactos económicos indiretos	80%	50%	-30%

Fonte: Adaptado de Carvalho (2010)

Através do quadro acima exposto, observa-se que todos os indicadores de desempenho económico sofreram uma redução de aplicação/publicação por parte das dez entidades em análise. O indicador que maior variação (-50%) teve entre 2008 e 2013 foi o EC6 – Fornecedores locais, seguindo-se com uma variação de -40% os indicadores EC4 – Apoio financeiro recebido e EC8 – Infra-estruturas, e uma variação de -30% os indicadores EC3 – Obrigações com planos de pensões, EC7 – Contratação e EC9 – Impactos económicos diretos.

A redução da divulgação dos indicadores de desempenho económico pode ser explicada pelo facto de que muitas vezes estes aspetos já são mencionados nos respetivos relatórios e contas anuais das organizações.

Seguindo a análise anterior e agrupando os indicadores pelos respetivos aspetos procedeu-se ao cálculo da média percentual dos mesmos, verificando-se que o aspeto económico quer no ano de

2008 (93%) como de 2013 (68%) é o que apresenta um maior grau de relevância. Com uma diferença mínima, segue-se o aspeto indireto e por último o aspeto mercado.

Quadro 10 – Análise da média percentual do DE

Aspeto	Média 2008	Média 2013
Económico	93%	68%
Mercado	87%	53%
Indireto	90%	55%
<i>Média</i>	90%	59%

Fonte: Adaptado de Carvalho (2010)

A média total de divulgação de 2008 apresentava-se de 90% sendo quem em 2013 é de 59%, podendo ser esta diminuição justificada pela redução do universo de empresas que aplicam as diretrizes da GRI.

Da análise de divulgação da informação sobre a sustentabilidade a nível do desempenho ambiental, apresentam-se os trinta/trinta e quatro (2008/2013) indicadores ambientais que compõe este desempenho, assim como o nível de divulgação em 2008 e 2013, a média de divulgação de cada indicador e a sua variação.

Quadro 11 - Percentagem de divulgação do DA

	Indicador	Descrição	Divulgação 2008	Divulgação 2013	Variação 2008- 2013
Materiais	EN 1	Materiais usados	100%	70%	-30%
	EN 2	% Materiais usados provenientes reciclagem	90%	60%	-30%
Energia	EN 3	Consumo direto de energia	100%	90%	-10%
	EN 4	Consumo indireto de energia	100%	60%	-40%
	EN 5	Poupança de Energia	60%	70%	10%
	EN 6	Iniciativas reduções no consumo de energia	70%	60%	-10%
	EN 7	Iniciativas para reduzir o consumo indireto de energia	70%	60%	-10%
Água	EN 8	Consumo de Água	100%	100%	0%
	EN 9	Recursos Hídricos	70%	40%	-30%
	EN 10	% Água reciclada e reutilizada	70%	60%	-10%
Biodiversidade	EN 11	Zonas protegidas	90%	60%	-30%
	EN 12	Descrição dos impactos	90%	60%	-30%
	EN 13	Habitats protegidos	70%	60%	-10%
	EN 14	Gestão de impactos	50%	60%	10%
	EN 15	Espécies em risco de extinção	60%	80%	20%
Emissão,Efluentes e Resíduos	EN 16	Gases com efeito de estufa	90%	90%	0%
	EN 17	Outras emissões indiretas	80%	80%	0%
	EN 18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases	70%	70%	0%
	EN 19	Emissão substâncias destruidoras camada de ozono	80%	50%	-30%
	EN 20	Nox, Sox, e outras emissões	70%	50%	-20%
	EN 21	Descarga total	90%	70%	-20%
	EN 22	Resíduos	100%	70%	-30%
	EN 23	Derrames	100%	70%	-30%
	EN 24	Resíduos transportados	70%	70%	0%
	EN 25	Descargas de águas	60%	40%	-20%
Produtos e Serviços	EN 26	Impactos ambientais	90%	50%	-40%
	EN 27	Embalagens	90%	60%	-30%
Conformidade	EN 28	Coimas e sanções	100%	50%	-50%
Transportes	EN 29	Impactos ambientais dos transportes	70%	50%	-20%
Geral	EN 30	Proteção ambiental	70%	50%	-20%
	EN 31	Impactos ambientais significativos decorrentes do transporte de produtos	N/A	N/A	6%
	EN 32	Total de investimentos e gastos com proteção ambiental	N/A	N/A	6%
	EN 33	Impactos ambientais negativos significativos reais e potenciais na cadeia de fornecedores e medidas tomadas	N/A	N/A	6%
	EN 34	Número de queixas e reclamações	N/A	N/A	6%

Fonte: Adaptado de Carvalho (2010)

No que diz respeito ao desempenho ambiental, verificam-se também algumas variações negativas, mas também positivas e/ou sem variações. A variação negativa mais acentuada (-50%) diz respeito ao indicador EN28 – Coimas e sanções, sendo que as restantes variações negativas variam entre -

40% e -10%. Quanto às variações positivas, apenas existiu uma no indicador EN15 – Espécies em risco de extinção. Por fim, os indicadores EN8 – Consumo de água, EN16 – Gases com efeito de estufa, EN17 – Outras emissões indiretas, EN18 – Iniciativas para reduzir emissão de gases e EN24 – Resíduos transportados são aquelas cuja percentagem de divulgação se manteve.

Tal como se fez para o desempenho económico, procedeu-se ao agrupamento dos indicadores do desempenho ambiental pelos respetivos aspetos e calculou-se a média percentual. Através do quadro abaixo, pode concluir-se que em 2008 o aspeto que apresentava uma maior média percentual, ou seja, uma maior relevância para as empresas era o da conformidade, enquanto em 2013 o aspeto mais relevante é o da energia.

Quadro 12 – Análise da média percentual do DA

Aspeto	Média 2008	Média 2013
Material	95%	65%
Energia	80%	68%
Água	80%	67%
Biodiversidade	72%	64%
Emissão, Efluentes e Resíduos	81%	66%
Produtos e Serviços	90%	55%
Conformidade	100%	50%
Transporte	70%	50%
Geral	70%	50%
<i>Média</i>	82%	59%

Os outros aspetos que também apresentavam uma maior relevância em 2008 era o dos “Material” (95%), o “Produtos e Serviços” (90%) e com a mesma percentagem (80%) o aspeto “Energia” e “Água”. No ano de 2013 os aspetos que mostravam-se ser mais relevantes era o da “Energia” (68%), “Água (67%) e “Emissão, efluentes e resíduos” (66%), que apesar de terem médias percentuais mais reduzidas, são comuns ao ano de 2008.

Em termos do desempenho social, este divide-se em quatro grupos: práticas laborais e trabalho condigno, direitos humanos, sociedade e responsabilidade pelo produto. De acordo com o G4, o desempenho social apresenta um total de quarenta e oito indicadores.

De seguida, apresenta-se o quadro relativo à média de divulgação do ano de 2008 e 2013 dos indicadores do aspeto de práticas laborais e trabalho condigno.

Quadro 13- Percentagem de divulgação do DS – Grupo práticas laborais e trabalho condigno

Aspeto	Indicador	Descrição	Divulgação 2008	Divulgação 2013	Varição 2008 - 2013
Emprego	LA 1	Mão-de-obra total e por tipo de emprego	100%	70%	-30%
	LA 2	Total de trabalhadores	100%	60%	-40%
	LA 3	Benefícios aos trabalhadores a tempo integral	80%	50%	-30%
Relação entre Funcionários e Administração	LA 4	Acordos contratação coletiva	90%	60%	-30%
	LA 5	Prazos em relação a mudanças operacionais	90%	50%	-40%
Segurança e Saúde no Trabalho	LA 6	Comissões de segurança e saúde	80%	70%	-10%
	LA 7	Taxa de lesões e doenças profissionais	100%	70%	-30%
	LA 8	Programas de educação, formação, aconselhamento, para garantir assistência aos trabalhadores	100%	60%	-40%
	LA 9	Acordos com sindicatos	70%	60%	-10%
Formação e Educação	LA 10	Horas de formação	100%	80%	-20%
	LA 11	Gestão de competências e aprendizagem contínua	90%	60%	-30%
	LA 12	Análises de Desempenho	80%	70%	-10%
Diversidade e Igualdade de Oportunidades	LA 13	Composição dos órgãos sociais	100%	50%	-50%
	LA 14	Salário base entre homens e mulheres	90%	60%	-30%
	LA15	Impactos negativos para práticas trabalhistas	N/A	10%	N/A
	LA16	Número de queixas e reclamações	N/A	N/A	N/A

Fonte: Adaptado de Carvalho (2010)

Relativamente ao aspeto Práticas trabalhistas e trabalho decente do desempenho social, tal como acontece no desempenho económico e ambiental, observa-se uma variação negativa de divulgação de indicadores. A maior variação negativa (-50%) observa-se no indicador LA13 - Composição dos órgãos sociais, seguidamente LA2 - Total de trabalhadores, LA5 - Prazos em relação a mudanças

operacionais, LA8 - Programas de educação, formação, aconselhamento, para garantir assistência aos trabalhadores com uma variação percentual de -40%. De salientar ainda que o indicador LA15 - Impactos negativos para práticas trabalhistas e LA16 – Numero de queixas e reclamações não apresentam variação fazerem parte do G4 emitido em 2013.

Ao agrupar os indicadores pelos respectivos aspetos de desempenho social relativo às práticas laborais e calculando a correspondente média percentual, observa-se que o aspeto que tinha maior relevância para as empresas em 2008 era o da diversidade e igualdade de oportunidades (95%), o que não acontece em 2013 pois o aspeto com mais relevância era o da formação e educação (70%).

Quadro 14-Análise da média percentual do DS - Grupo práticas laborais e trabalho condigno

Aspetos	Média 2008	Média 2013
Emprego	93%	60%
Relação entre Funcionários e Administração	90%	55%
Segurança e Saúde no Trabalho	88%	65%
Formação e Educação	90%	70%
Diversidade e Igualdade de Oportunidades	95%	40%
<i>Média</i>	91%	58%

O segundo aspeto com maior relevância em 2008 é o do emprego (93%) e em 2013 o aspeto de segurança e saúde no trabalho (65%).

No grupo dos direitos humanos, a maior variação negativa (-60%), ou seja, a maior redução de indicadores divulgados numa comparação entre o ano de 2008 e 2013, ocorreu no indicador HR1- Contratos de investimentos com cláusulas direitos humanos, no HR5 – Liberdade de Associação e HR7 – Trabalho forçado ou escravo. O HR10 – Novos fornecedores com critério relacionados com os direitos humanos e HR11 - Impactos negativos em direitos humanos na cadeia de fornecedores e o HR12 – Número de queixas e reclamações, foram pela primeira vez divulgados no ano de 2013 com o surgimento do G4.

Quadro 15 – Percentagem de divulgação do DS – Grupo dos Direitos Humanos

	Indicador	Descrição	Divulgação 2008	Divulgação 2013	Variação 2008 - 2013
Práticas de Investimento e de Aquisições	HR 1	Contratos de investimento com cláusulas direitos humanos	100%	40%	-60%
	HR 2	Fornecedores e empresas contratadas submetidas a avaliações relativas a direitos humanos	90%	40%	-50%
	HR 3	Horas de formação	70%	40%	-30%
Não Discriminação	HR 4	Casos de discriminação	100%	50%	-50%
Liberdade	HR 5	Liberdade de Associação	100%	40%	-60%
Trabalho Infantil	HR 6	Trabalho Infantil	100%	50%	-50%
Trabalho Forçado	HR 7	Trabalho Forçado ou Escravo	100%	40%	-60%
Práticas de Segurança	HR 8	Pessoal de Segurança submetido a formação	70%	30%	-40%
Direitos dos Povos Indígenas	HR 9	Incidentes que envolvam a violação dos Povos Indígenas	80%	60%	-20%
	HR10	Novos fornecedores com critério relacionados com o direitos humanos	N/A	20%	N/A
	HR11	Impactos negativos em direitos humanos na cadeia de fornecedores	N/A	20%	N/A
	HR12	Número de queixas e reclamações	N/A	N/A	N/A

Fonte: Adaptado de Carvalho (2010)

Ao calcular a média percentual para os aspetos do desempenho social sobre os direitos humanos, em 2008 existiam quatro aspetos dos quais as empresas consideravam ser mais relevantes com a mesma média percentual (100%), que eram: Não discriminação, liberdade, trabalho infantil e trabalho forçado. Em 2013 os aspetos que apresentavam uma maior divulgação eram o da não discriminação e trabalho infantil (50%)

Quadro 16-Análise da média percentual DS – Grupo dos direitos humanos

Aspetos	Média 2008	Média 2013
Práticas de Investimento e de Aquisições	95%	40%
Não Discriminação	100%	50%
Liberdade	100%	40%
Trabalho Infantil	100%	50%
Trabalho Forçado	100%	40%
Práticas de Segurança	70%	30%
Direitos dos Povos Indígenas	80%	33%
<i>Média</i>	92%	40%

Em 2013 existiam três aspetos com a mesma média percentual de 40%: Práticas de investimento e de aquisições, liberdade e trabalho forçado (que estavam como os aspetos com maior relevância em 2008).

Quanto desempenho social do grupo sociedade, existiu novamente uma redução percentual dos indicadores divulgados, o que quer dizer que em 2013 foram divulgados menos indicadores do que em 2008. Essa diminuição foi mais relevante dos indicadores SO5 - Posição e participação quanto às políticas públicas e SO8 – Coimas e Sanções.

Quadro 17 - Percentagem de divulgação do DS – Grupo Sociedade

	Indicador	Descrição	Divulgação 2008	Divulgação 2013	Variação 2008 - 2013
Comunidade	SO 1	Programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações na comunidade	90%	50%	-40%
Corrupção	SO 2	Riscos à corrupção nas unidades de negócio	90%	50%	-40%
	SO 3	Formação e prática anticorrupção	100%	50%	-50%
	SO 4	Casos de corrupção e medidas tomadas	100%	50%	-50%
Políticas Públicas	SO 5	Posição e participação quanto às políticas públicas	100%	40%	-60%
	SO 6	Contribuições financeiras a partidos políticos	80%	50%	-30%
Concorrência	SO 7	Ações judiciais por concorrência desleal e antitrust e práticas de monopólio	80%	50%	-30%
Conformidade	SO 8	Coimas e Sanções	100%	40%	-60%
Comunidades Locais	SO 9	Percentual de novos fornecedores	N/A	20%	N/A
	SO 10	Impactos negativos para práticas trabalhistas	N/A	20%	N/A
	SO 11	Número de queixas e reclamações	N/A	N/A	N/A

Fonte: Adaptado de Carvalho (2010)

No que diz respeito aos aspetos sociais do desempenho social, o aspeto conformidade em 2008 era para as empresas o mais relevante de divulgação. Já em 2013 existem três aspetos com a mesma média percentual, ou seja, com o mesmo grau de relevância que são: comunidade, corrupção e concorrência.

Quadro 18- Análise da média percentual DS – Grupo Sociedade

Aspetos	Média 2008	Média 2013
Comunidade	90%	50%
Corrupção	97%	50%
Políticas Públicas	90%	45%
Concorrência	80%	50%
Conformidade	100%	40%
Comunidades Locais	N/A	20%
Média	91%	43%

De salientar ainda que o aspeto “comunidade locais” em 2008 não era aplicável (N/A) porque este indicador apareceu aquando o lançamento da G4 em 2013, apresentando em 2013 uma grau de relevância apenas de 20%.

Por último, o grupo referente à responsabilidade pelo produto apresenta também no seu geral uma diminuição da percentagem dos indicadores divulgados, sendo essa diminuição mais visível no indicador PR6 - Programas de observância das leis e PR9 - Coimas por incumprimento de leis e regulamentos relativos ao fornecimento e utilização de produtos e serviços.

Quadro 19 - Percentagem de divulgação do DS – Grupo da responsabilidade do produto

	Indicador	Descrição	Divulgação 2008	Divulgação 2013	Varição 2008 - 2013
Saúde e Segurança do cliente	PR 1	Ciclos de vida dos produtos e impactos de saúde e segurança	100%	60%	-40%
	PR 2	Incidentes de não conformidade	90%	50%	-40%
Rotulagem de Produtos e Serviços	PR 3	Informação sobre os produtos e serviços exigida por regulamentos	100%	50%	-50%
	PR 4	Incidentes de não conformidade relativo à informação e rotulagem	90%	60%	-30%
	PR 5	Satisfação do cliente incluindo resultados de pesquisas que meçam a satisfação	70%	60%	-10%
Comunicações e Marketing	PR 6	Programas de observância das leis	100%	40%	-60%
	PR 7	Incidentes de não conformidade com comunicações e marketing	70%	40%	-30%
Privacidade do Cliente	PR 8	Reclamações relativas à violação da privacidade dos clientes	70%	50%	-20%
Conformidade	PR 9	Coimas por incumprimento de leis e regulamentos relativos ao fornecimento e utilização de produtos e serviços	100%	40%	-60%

Fonte: Adaptado de Carvalho (2010)

Por fim, e tal como foi feito anteriormente, agrupando os indicadores do desempenho social relativos à responsabilidade de produto, podemos verificar que em 2008 existia uma média percentual mais elevada para o aspeto conformidade (100%), ou seja, as empresas consideravam que este seria o aspeto com a maior relevância, o que não se verifica em 2013, pois o aspeto com maior média percentual é o da rotulagem de produtos e serviços.

Quadro 20 – Análise da média percentual DS – Grupo da responsabilidade pelo produto

Aspetos	Média 2008	Média 2013
Saúde e Segurança do cliente	95%	55%
Rotulagem de Produtos e Serviços	87%	57%
Comunicações e Marketing	85%	40%
Privacidade do Cliente	70%	50%
Conformidade	100%	40%
<i>Média</i>	87%	48%

O segundo aspeto mais relevante em 2008 foi o da rotulagem e de produtos e serviços (87%) enquanto em 2013 foi o da saúde e segurança do cliente (55%). Em terceiro apresenta-se a rotulagem de produtos e serviços (87%) em 2008 e para 2013 a privacidade do cliente (50%).

É ainda de salientar que os aspetos saúde e segurança do cliente e rotulagem de produtos e serviços são comuns aos dois anos em grau de relevância, mas com médias percentuais distintas.

5.4. Análise do grau de divulgação

Nesta parte da investigação pretende-se determinar o grau de divulgação pelas empresas relativamente aos aspetos do desempenho económico, presença no mercado e impactos económicos indiretos.

Para aferir qual o grau de divulgação do desempenho económico por aspetos utilizou-se o seguinte índice:

$$IDE = \left[\sum_{j=1}^e \frac{e_j}{e} \right] / n$$

Em que,

e_j = Empresa j em análise

e = Número máximo de indicadores associados à empresa j de acordo com a versão da GRI

n = Número máximo de empresas (10)

Para o cálculo do aspeto económico, para cada indicador somou-se as empresas que aplicavam as diretrizes da GRI (1), de seguida somou-se os quatro indicadores e dividiu-se pelo número de empresas em análise, ou seja: $EC1 + EC2 + EC3 + EC4 = 27 / 10 = 2,7$ (conforme identificado no quadro 21).

Valores de 2013	Desempenho Económico			
	Económico			
Empresas	EC1	EC2	EC3	EC4
B.COM.PORTUGUES - G3.1	1	1	1	1
B.ESPIRITO SANTO -G4	0	0	0	0
EDP - G3.1	1	1	1	1
GALP ENERGIA -G3	1	1	1	1
IBERSOL SGPS - GRI 3	1	1	1	1
REN - G3	1	1	1	1
SONAECOM SGPS - G4	1	1	0	1
ALTRI SGPS SA	1	0	1	0
MOTA ENGIL	1	0	0	0
SDC INV.	1	0	0	0
Valores de 2013	9	6	6	6
Médias de 2013	90%	60%	60%	60%
				27
				2,70

Para a análise do grau de divulgação destes aspetos foram analisados os indicadores da GRI 3.1 e GRI4 para as organizações em comum nos dois anos e apresentam-se no quadro seguinte:

Quadro 21 - Grau de divulgação económico

	Código	Aspetos	Divulgação 2008	Divulgação 2013	Média Divulgação	Variação 2008 - 2013
Desempenho económico	Ec	Económico	3,70	2,70	3,20	-1,00
	Merc	Mercado	2,60	1,60	2,10	-1,00
	Ind	Indireto	1,80	1,10	1,45	-0,70
	tot.DE	Total DE	8,10	5,40	6,75	-2,70

Fonte: Adaptado de Carvalho (2010)

Económico: Aspeto do desempenho económico, baseado nos indicadores EC1, EC2, EC3, EC4.

Mercado: Aspeto presença no mercado, baseado nos indicadores EC5, EC6, EC7.

Indiretos: Média do aspeto impacte económicos indiretos, baseado nos indicadores EC8, EC9.

Através do estudo de Carvalho (2010), os resultados obtidos da análise de conteúdo relacionada com a divulgação dos aspetos económicos, relativamente ao ano de 2008, pode-se verificar que o aspeto económico é o que apresenta um maior grau de divulgação, com um grau de 3,70, relativamente aos outros indicadores, presença de mercado com um grau de 2,60 e o aspeto impactos económicos indiretos com um grau de 1,80. O mesmo acontece no ano de 2013, sendo o aspeto económico aquele que tem maior divulgação (2,70) seguidamente do indicador de presença de mercado (1,60) e dos impactos indiretos (1,10). Validando a variação ocorrida no decorrer dos cinco anos, verifica-se que existiu uma variação negativa, ou seja, assistiu-se um a decréscimo de divulgação de indicadores económicos por parte das entidades.

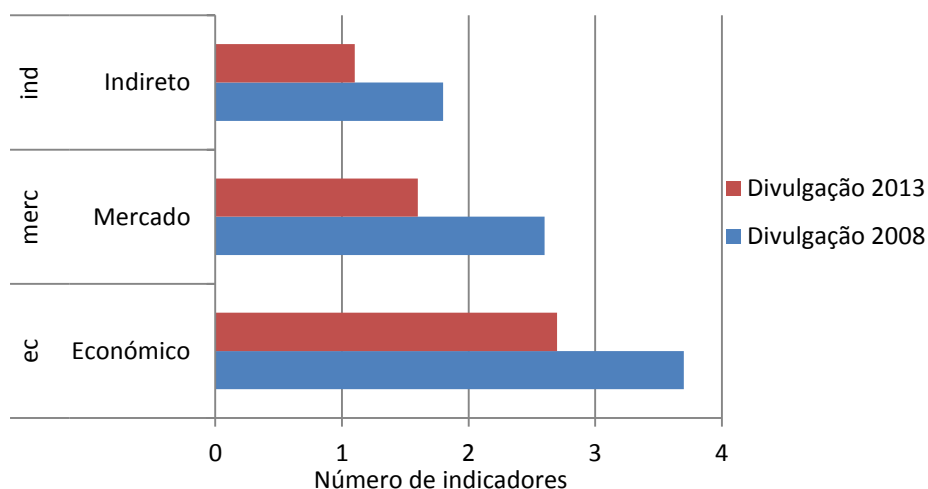
Assim, o valor do Índice de Divulgação para a área do desempenho económico é o seguinte:

Índice de Desempenho Económico (IDEi)	2013
$IDE = \left[\sum_{j=1}^e \frac{e_j}{e} \right] / n$	IDEi = 4,4
	IDEi = 4

O índice de divulgação do desempenho económico detém um valor de 5 indicadores divulgados.

Apresenta-se de seguida o gráfico com o índice de divulgação por aspeto para o ano de 2008 e 2013.

1. Gráfico divulgação dos aspetos do DE



Na segunda parte da análise, pretende-se determinar o grau de divulgação do desempenho ambiental relativamente aos aspetos materiais, energia, água, biodiversidade, emissões, efluentes e resíduos, produtos e serviços, conformidade, transporte e geral, utilizando-se o seguinte índice:

$$IDA = \left[\sum_{j=1}^e \frac{e_j}{e} \right] / n$$

Em que,

e_j = Empresa j em análise.

e = Número máximo de indicadores associados à empresa j de acordo com a versão da GRI

n = Número máximo de empresas (10)

Da mesma forma que se calculou o aspeto económico, para o aspeto “Emissão, efluentes e resíduos” do desempenho ambiental em 2013 o somatório de todos os indicadores totaliza (EN16, EN17, EN18, EN19, EN20, EN21, EN22, EN23, EN24 e EN25) = 66 / 10 = 6.6

Valores de 2013	Desempenho ambiental									
	Emissão, Efluentes e Resíduos									
Empresas	EN 16	EN 17	EN 18	EN 19	EN 20	EN 21	EN 22	EN 23	EN 24	EN 25
B.COM.PORTUGUES - G3.1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
B.ESPIRITO SANTO -G4	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0
EDP - G3.1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0
GALP ENERGIA -G3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
IBERSOL SGPS - GRI 3	0	0	1	0	0	1	1	1	1	1
REN - G3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
SONAECOM SGPS - G4	1	1	1	1	0	1	0	1	1	0
ALTRI SGPS SA	1	1	0	0	1	0	0	0	1	0
MOTA ENGIL	1	1	0	0	0	1	1	0	0	0
SDC INV.	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0

Valores de 2013	9	8	7	5	5	7	7	7	7	4
Médias de 2013	90%	80%	70%	50%	50%	70%	70%	70%	70%	40%
										66
										6,6

Para a análise do grau de divulgação destes aspetos foram analisados os indicadores da GRI 3.1 e GRI4 para as organizações em comum nos dois anos e apresentam-se no quadro seguinte:

Quadro 22 - Grau Divulgação ambiental

	Código	Aspetos	Divulgação 2008	Divulgação 2013	Média Divulgação	Varição 2008 - 2013
Desempenho ambiental	mat	Materiais	1,90	1,30	1,60	-0,60
	energ	Energia	4,00	3,40	3,70	-0,60
	agua	Água	2,40	2,00	2,20	-0,40
	biodiv	Biodiversidade	3,60	3,20	3,40	-0,40
	resid	Emissão, Efluentes e Resíduos	8,10	6,60	7,35	-1,50
	P. e S.	Produtos e Serviços	1,80	1,10	1,45	-0,70
	divers	Conformidade; Transporte e Geral	2,40	1,50	1,95	-0,90
	tot.DA	Total Desempenho Ambiental	24,20	19,10	21,65	-5,10

Fonte: Adaptado de Carvalho (2010)

Materiais: Aspectos materiais, baseado nos indicadores EN1 e EN2.

Energia: Aspeto energia baseado nos indicadores EN3, EN4, EN5, EN6 e EN7

Água: Aspeto água, baseado nos indicadores EN8, EN9 e EN10.

Biodiversidade: Média do aspeto biodiversidade, baseado nos indicadores EN11, EN12, EN13, EN14 e EN15.

Emissão, Efluentes e Resíduos: Aspeto emissões, efluentes e resíduos, baseado nos indicadores EN16, EN17, EN18, EN19, EN20, EN21, EN22, EN23, EN24 e EN25.

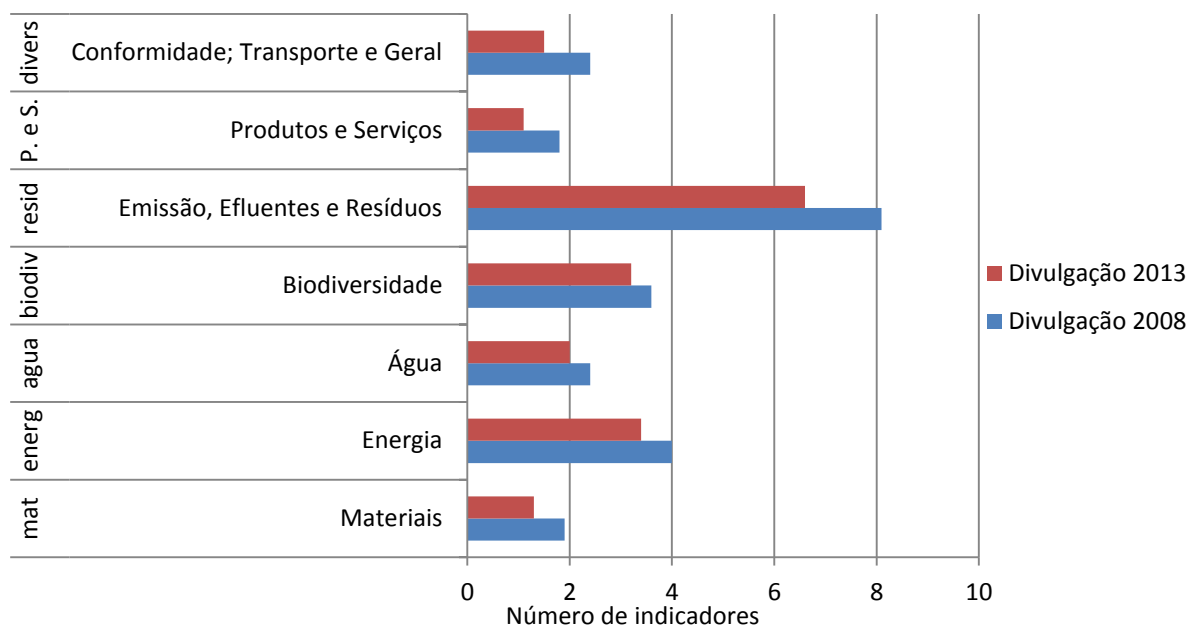
Produtos e Serviços: Aspeto produtos e serviços baseados nos indicadores EN26 e EN27.

Conformidade, Transporte e Geral: Aspeto conformidade baseado no indicador EN28, aspeto de transporte baseado no indicador EN29 e aspeto geral baseado no indicador EN30.

No estudo desenvolvido por Carvalho, no ano de 2008 relativamente ao desempenho ambiental, destacam-se os aspetos emissões, efluentes e resíduos com uma divulgação de 8,10, seguidos do aspeto relativo à energia com um grau de 4,00 e do aspeto que relata sobre a biodiversidade com um grau de 3,60. No ano de 2013 os aspetos com mais relevância é o mesmo do que em 2008: aspeto emissões, efluentes e resíduos (6,60), o aspeto relativo à energia (3,40) e o aspeto acerca da biodiversidade (3,20). Numa relação 2008/2013, verifica-se que os indicadores com maior grau de divulgação mantiveram-se de 2008 para 2013, contudo a sua variação apresenta-se negativa, o que significa que as organizações divulgaram menos indicadores, ou seja, houve uma menor aplicação das diretrizes propostas.

Apresenta-se de seguida o gráfico com o índice de divulgação por aspeto para o ano de 2008 e 2013.

2. Gráfico divulgação dos aspetos do DA



Após o cálculo do índice de desempenho ambiental, é de 19 indicadores divulgados pelas empresas cotadas.

Índice de Desempenho Ambiental (IDA)	2013
$IDA = \left[\sum_{j=1}^e \frac{e_j}{e} \right] / n$	IDA = 19,1
	IDA = 19

Por último, pretende-se aferir qual o grau de divulgação do desempenho social por aspeto através do seguinte índice:

$$IDS = \left[\sum_{j=1}^e \frac{e_j}{e} \right] / n$$

Em que,

e_j = Empresa j em análise.

e = Número máximo de indicadores associados à empresa j de acordo com a versão da GRI

n = Número máximo de empresas (10)

Seguindo a mesma metodologia já aplicada nos desempenhos anteriores, por exemplo, para o aspeto dos direitos humanos em 2013:

$$\text{HR1, HR2, HR3, HR4, HR5, HR6, HR8, HR9, HR10, HR11 e HR12} = 43 / 10 = 4.3$$

Valores de 2013	Direitos Humanos											
	Práticas de Investimento e			Não-Discr	Liberdade	Trabalho Ir	Trabalho F	Práticas d	Direitos dos Povos Indígenas			
	HR 1	HR 2	HR 3	HR 4	HR 5	HR 6	HR 7	HR 8	HR 9	HR 10	HR 11	HR 12
Empresas												
B.COM.PORTUGUES - G3.1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-
B.ESPIRITO SANTO -G4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EDP - G3.1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	-
GALP ENERGIA -G3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-
IBERSOL SGPS - GRI 3	0	0	0	0	0	0	0	0	1	-	-	-
REN - G3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-
SONAECOM SGPS - G4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ALTRI SGPS SA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	-
MOTA ENGIL	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0
SDC INV.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valores de 2013	4	4	4	5	4	5	4	3	6	2	2	0
Médias de 2013	40%	40%	40%	50%	40%	50%	40%	30%	60%	20%	20%	0%

43
4,3

Posteriormente, para a análise do grau de divulgação destes aspetos foram analisados os indicadores da GRI 3.1 e GRI 4 para as organizações em comum nos dois anos apresentados no quadro seguinte:

Quadro 23 - Grau de divulgação social

	Código	Aspetos	Divulgação 2008	Divulgação 2013	Média Divulgação	Varição 2008 - 2013
Desempenho social	p.lab	Práticas Laborais e Trabalho Condigno	12,70	8,80	10,75	-3,90
	dir.h	Direitos Humanos	8,10	4,30	6,20	-3,80
	soc	Sociedade	7,40	4,10	5,75	-3,30
	prod	Responsabilidade pelo Produto	7,90	4,50	6,20	-3,40
	tot.DS	Total Desempenho Social	36,10	21,70	28,90	-14,40

Fonte: Adaptado de Carvalho (2010)

Práticas Laborais e Trabalho Condigno: Aspeto relacionado com as práticas laborais, baseado nos indicadores LA1, LA2, LA3, LA4, LA5, LA6, LA7, LA8, LA9, LA10, LA11, LA12, LA13, LA14, LA15 e LA16.

Direitos Humanos: Aspeto dos direitos humanos, baseado nos indicadores HR1, HR2, HR3, HR4, HR5, HR6, HR8, HR9, HR10, HR11 e HR12.

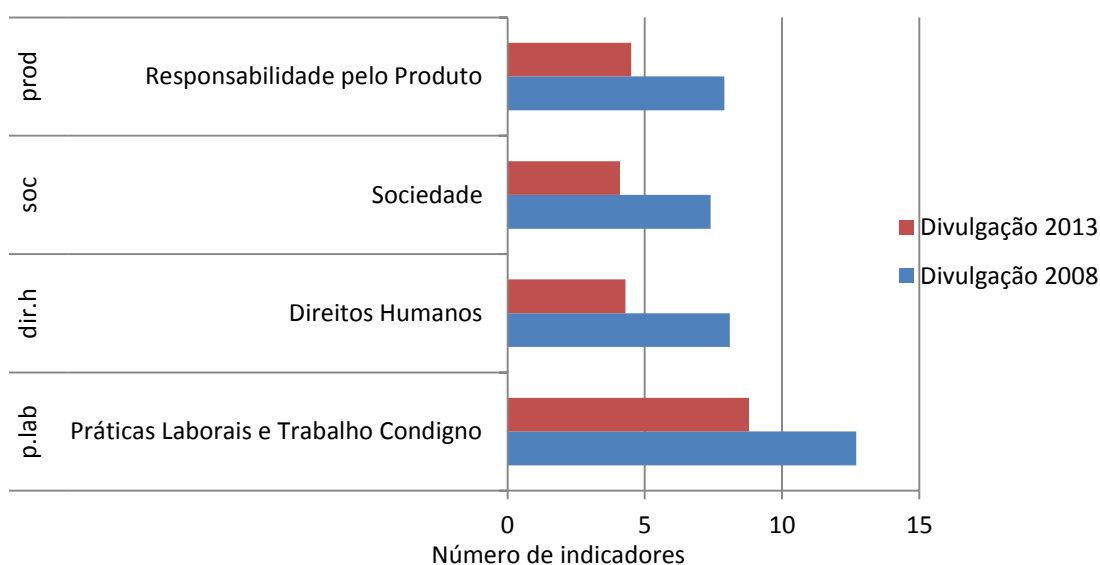
Sociedade: Aspeto sociedade, baseado nos indicadores SO1, SO2, SO3, SO4, SO5, SO6, SO7, SO8, SO9, SO10 e SO11.

Responsabilidade pelo produto: Aspeto responsabilidade pelo produto, baseado nos indicadores PR1, PR2, PR3, PR4, PR5, PR6, PR7, PR8 e PR9.

Quanto ao desempenho social, a investigação de Carvalho demonstra a acentuada importância atribuída pelas empresas no ano de 2008, à divulgação dos aspetos relacionados com práticas laborais e trabalho condigno, com um grau de divulgação de 12,70, seguido dos direitos humanos (8,10) seguidamente do aspeto responsabilidade pelo produto (7,90) e por último o aspeto da sociedade (7,40). No ano de 2013 o aspeto das práticas laborais continua a ter uma elevada importância (8,80), e o aspeto da responsabilidade pelo produto (4,50) que era o terceiro mais divulgado em 2008, passa em 2013 a ser o segundo indicador com maior grau de divulgação, seguindo-se o o aspeto dos direitos humanos (4,30) e o aspeto sociedade (4,10). Tal como se verificou no desempenho económico e no desempenho ambiental, a variação entre 2008/2013 foi uma vez mais negativa, as organizações reduziram no número de indicadores divulgados de acordo com as diretrizes da GRI.

De seguida apresenta-se o gráfico com o índice de divulgação por aspeto para o ano de 2008 e 2013:

3. Gráfico divulgação dos aspetos do DS



Após o cálculo e análise dos índices, verificar-se que o índice de desempenho social apresenta um valor de 22 indicadores divulgados em 2013, contra 36 indicadores no ano de 2008.

Índice de Desempenho Social (IDS)	2013
$IDS = \left[\sum_{j=1}^e \frac{e_j}{e} \right] / n$	IDS = 21,7
	IDS = 22

Com o objetivo de verificar o grau de adoção à estrutura da GRI nas empresas constantes da nossa amostra e cotadas no PSI Geral em Portugal, realizou-se uma análise geral aos indicadores divulgados incluídos nos aspetos em que são englobados e nas três áreas de desempenho, procedendo-se ao cálculo do índice geral de divulgação (IGD).

Índice Geral de Divulgação (IGD)	2013
IGD = IDE + IDA + IDS	IGD = 4 + 19 + 22
	IGD = 45

Somando o IDE + IDA + IDS (5 + 19 + 22) o índice geral de divulgação totaliza um grau de divulgação de 46 indicadores, num total de 91 indicadores, sendo o desempenho social aquele que as empresas concentram mais a sua divulgação.

Índice Geral de Divulgação (IGD)	2008
IGD = IDE + IDA + IDS	IGD = 4 + 11 + 15
	IGD = 30

No estudo de Carvalho, o IGD apresentava um grau de divulgação de 30 indicadores, sendo reduzido num total de 79 indicadores. A maior concentração de divulgação observava-se na área do desempenho social, tal como acontece em 2013.

6. Conclusões

Nesta parte do trabalho, através de uma síntese global da dissertação, irão ser apresentadas as conclusões do presente estudo, nomeadamente as que resultaram das análises univariada. Serão também mencionadas algumas das limitações do presente estudo assim como sugestões para investigações futuras.

Num mundo em constante evolução, com o decorrer do tempo as empresas foram assumindo um papel ativo na crescente divulgação de informação de responsabilidade social.

Existem três pilares a serem cumpridas e respeitadas: o pilar económico, o pilar ambiental e o pilar social. Estes três pilares funcionam em conjunto e visam estabelecer um marco global para informar todas as partes interessadas acerca do desempenho operacional da entidade em função dos três elementos inter-relacionados.

Para apoiar esta divulgação de informação já foram emitidas diversas diretrizes (com aplicação de carácter voluntário) sobre quais os aspetos e indicadores a serem divulgados pelas entidades para uma transmissão de uma imagem verdadeira e apropriada para com os seus *stakeholders*.

A GRI é uma das mais conhecidas instituições que promove a sustentabilidade económica, ambiental e social. Foi criada para que os relatórios de sustentabilidade fossem de melhor qualidade, mais rigorosos e úteis, focando-se nos impactos que os negócios têm sobre o meio ambiente e realçando o que se deve divulgar e como. Ao longo dos anos foram emitidas várias versões das diretrizes, sendo a mais atual a G4 do ano de 2013.

Das diretrizes da GRI são incluídos diversos indicadores, dos quais as empresas devem utilizar para divulgar informações acerca do seu desempenho económico, ambiental e social.

Este estudo tem assim como principal objetivo avaliar o grau de divulgação que as empresas do PSI Geral atribuem à estrutura da GRI para o ano de 2013 comparativamente com o ano de 2008.

Conforme se pode verificar no ponto 5.1 – Caracterização do universo e dimensão da amostra, em 2013 apenas existiam 18 empresas que aplicavam diretamente as diretrizes da GRI, que são as mesmas que em 2008 apresentavam um total de mais de 50 indicadores divulgados.

Constatou-se também que desse universo de 18 empresas, 10 eram comuns em ambos os anos, sendo essa a amostra alvo de estudo.

Através do estudo elaborado por Carvalho (2010) relativo à divulgação voluntária de informação para o ano de 2006 a 2008, recolheram-se os dados relativos ao ano de 2008 e estudou-se a evolução da aplicabilidade das diretrizes da GRI em 2013, analisando se decorridos cinco anos as mesmas empresas mantêm as mesmas preocupações e os mesmos graus de divulgação.

Foram utilizadas as mesmas ferramentas de investigação, nomeadamente a análise univariada dos dados.

Da análise univariada obtiveram-se as seguintes conclusões:

- No que diz respeito ao desempenho económico, verificou-se que o grau de divulgação dos indicadores sofreu uma redução relativamente ao ano de 2008, com uma variação total de -2,70. Observa-se também que em ambos os anos o aspeto que apresenta um maior grau de divulgação é o económico, com um grau de 3,70 e 2,70 respetivamente para 2008 e 2013. Quanto à média percentual de divulgação da informação verifica-se que esta também diminuiu entre 2008 e 2013, mas em comum o grau que apresenta maior relevância é o aspeto económico, seguidamente do aspeto mercado e aspeto indireto.

No geral, o desempenho económico apresenta um índice geral de 4 indicadores divulgados.

- Quanto ao grau de divulgação respeitante ao desempenho ambiental, no ano de 2008 observa-se que o aspeto emissões, efluentes e emissões era o que apresentava maior grau de divulgação (8,10), seguidamente o aspeto energia (4,00) e o da biodiversidade (3,60). Em 2013 verifica-se a mesma tendência, tendo o aspeto emissões, efluentes e emissões um grau de divulgação de 6,60, a energia 3,40 e biodiversidade 3,20. No que diz respeito à média percentual em 2008 o aspeto com maior relevância para as empresas era o da conformidade (100%) enquanto em 2013 era o aspeto da energia (68%), o que evidencia que as empresas mudaram a sua opinião/atitude quanto à relevância dos aspetos a serem divulgados. O segundo aspeto com mais relevância em 2013 foi novamente diferente do de 2008, sendo em 2013 o da água (67%) e material (95%).

Este desempenho é o que mais apresenta diferenças decorridos os cinco anos.

Em termos gerais, o desempenho ambiental apresenta um índice geral de 19 indicadores divulgados.

- Por fim, na análise do grau de divulgação do desempenho social, conclui-se que o aspeto com maior grau de divulgação pelas empresas em 2008 era o mesmo que em 2013, o das

práticas laborais e trabalho condigno com um grau de divulgação de 12,70 e 8,80, para cada um dos anos respetivamente. O segundo aspeto mais divulgado em 2008 era o dos direitos humanos (8,10) enquanto em 2013 era o da responsabilidade do produto (4,50).

Relativamente à média percentual de relevância, dividiu-se o desempenho ambiental em 4 grupos: práticas laborais e trabalho condigno, direitos humanos, sociedade e responsabilidade pelo produto e investigou-se dentro de cada grupo, qual o aspeto que teria mais relevância para as empresas ser divulgado. Das práticas laborais e trabalho condigno, em 2008 o aspeto que tinha mais relevância para as empresas era o da diversidade e igualdade de oportunidades (95%), contudo em 2013 a tendência já não foi a mesma, sendo o aspeto mais relevante da formação e educação (70%), seguindo-se o da segurança e saúde no trabalho (65%) e emprego (60%).

No que diz respeito ao grupo dos direitos humanos, conclui-se que existem vários aspetos com o mesmo grau de relevância (média percentual) em 2013, nomeadamente o da não discriminação e trabalho infantil (50%) seguidamente o das práticas de investimento e de aquisições e liberdade (40%). Porém o mesmo não se observava em 2008, pois o aspeto não discriminação, liberdade, trabalho infantil e trabalho forçado tinham o mesmo grau de relevância de divulgação (100%).

No grupo sociedade, existem dois aspetos em comum para dos dois anos que as empresas consideravam ter maior grau de relevância, nomeadamente o aspeto comunidade (90% e 50% para 2008 e 2013 respetivamente) e corrupção (97% e 50% para cada ano respetivamente).

Por último, no grupo da responsabilidade pelo produto, conclui-se que não existe o mesmo grau de relevância de divulgação dos aspetos, pois em 2008 o aspeto com uma maior média percentual era o da conformidade (100%), o que já não acontece em 2013, sendo o mais relevante o da rotulagem de produtos e serviços (87%). O segundo aspeto com maior grau de relevância é comum aos dois anos: o aspeto da saúde e segurança no trabalho com uma média percentual de 95% e 55% em 2010 e 2013 respetivamente.

Em suma, o desempenho social apresenta um índice geral de 21 indicadores divulgados.

- Para uma melhor perceção do índice geral de divulgação (IGD) e com o objetivo de verificar o grau de adoção à estrutura da GRI, pelas empresas constantes da nossa amostra e cotadas no PSI Geral em Portugal, realizou-se uma análise geral aos indicadores divulgados incluídos nos aspetos em que são englobados e nas três áreas de desempenho, somando o IDE + IDA + IDS (5 + 19 + 22) concluindo que em 2013, num total de 91

indicadores, existiu um grau de divulgação de 46 indicadores, sendo o desempenho social aquele que as empresas concentram mais a sua divulgação.

- Apesar das diferenças das versões da GRI e da amostra, no ano de 2008 o IDE apresentava um grau de divulgação de 4 indicadores, o IDA um grau de 11 e o IDS de 15. Em 2013 conclui-se que o IDE apresentava um total de 4 indicadores divulgados, o IDA um grau de 19 e o IDS um grau de 20 indicadores divulgados, o que permite concluir, que as empresas que aplicam diretamente a GRI em 2013 revelam um IGD de 46 indicadores, um valor maior comparativamente ao de 2008 que demonstrava ser de 30 indicadores em 79 possíveis.
- Decorridos cinco anos, conclui-se que a tendência de divulgação mantém-se, sendo desempenho social o que apresenta um maior número de indicadores divulgados, em 2008 com 15 indicadores divulgados e em 2013 com 20 indicadores, observando-se também um aumento de 5 indicadores divulgados.
- Por fim, o índice geral de divulgação, variou do ano de 2008 para o ano de 2013, de uma permanência de divulgação de 38% para uma frequência de 50,5% de divulgação.

Conclui-se que a adoção à estrutura da GRI por parte das empresas pertencentes ao PSI Geral é ainda reduzida, pois num total de 91 indicadores possíveis de divulgação, assiste-se apenas são divulgados 46 indicadores, ou seja, metade dos indicadores possíveis.

Importa também salientar que existem outras entidades que não aplicam diretamente a GRI, optando pela divulgação da sustentabilidade através de outras normas e certificações possíveis

7. Limitações e investigações futura

7.1 Limitações ao estudo

Ao presente estudo, podem ser apontadas algumas limitações, nomeadamente o facto da dimensão da amostra ser mais reduzido relativamente ao estudo desenvolvido por Carvalho.

Decorridos 5 anos apurou-se que a lista de empresas que integravam o PSI Geral em 2008 sofreu alterações em relação ao ano de 2013, nomeadamente a saída de empresas como o Banco Popular Espanhol, Cimpor, E. Santo Financeira, Portugal Telecom, Sacyr Vallehermoso, Brisa S.A e a Sonae SGPS bem como a entrada de novas, que apesar de no total divulgarem menos de 50 indicadores existem uma conexão com as diretrizes propostas pelas GRI (Corticeira Amorim, SAG e o Montepio).

Outra das limitações desta investigação, foi o facto de existir mais do que uma versão da GRI e facto de entre o ano de 2008 e 2013 ter sido emitida uma nova versão, **passou da G3 para a G4**, dificultando assim a investigação uma vez que cada empresa é livre por optar qual a versão da GRI que quer aplicar nos seus relatórios de sustentabilidade.

7.2 Investigações futuras

Através deste estudo, seria interessante apurar mais profundamente quais as razões / justificação para no ano de 2013 existir uma diminuição da aplicação das diretrizes da GRI nos relatórios de sustentabilidade e contas anuais das empresas.

Outra hipótese igualmente interessante, seria fazer uma análise da adoção da estrutura da GRI e o seu contributo para a divulgação noutros países comparativamente com Portugal.

Bibliografia

AA1000 Accountability Principles Standard (Versão Portuguesa) [em linha],2008 [Consult. Em 21 Fev. 2015].

Disponível em: <http://www.accountability.org/images/content/5/7/573/AA1000APS-2008-PT%28print%29.pdf>

Almeida, F.- Ética e Desenvolvimento sustentável. 2008

BCSD – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável - A Era da Responsabilidade Social Empresarial. Anuário de sustentabilidade [em linha], 2005 [Consult. em 13 Mar. 2015]. Disponível em: <http://www.bcsdportugal.org/wp-content/uploads/2013/10/AN2005.pdf>

BCSD – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável - Amanha Sustentável. Anuário de sustentabilidade [em linha], 2011 [Consult. em 14 Mar. 2015].

Disponível em: <http://www.bcsdportugal.org/wp-content/uploads/2013/11/Anuarios-BCSD-2011.pdf>

BCSD – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável - Responsabilidade Empresarial: da teoria à prática. Anuário de sustentabilidade [em linha], 2006 [Consult. em 13 Mar. 2015]. Disponível em: <http://www.bcsdportugal.org/wp-content/uploads/2013/10/Anuarios-BCSD-2006.pdf>

BCSD – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável - Tempo de agir. Anuário de sustentabilidade [em linha], 2013 [Consult. em 15 Mar. 2015].

Disponível em: <http://www.bcsdportugal.org/wp-content/uploads/2013/10/AN2013.pdf>

BCSD – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável - Uma visão da sustentabilidade. Anuário de sustentabilidade [em linha], 2007 [Consult. em 14 Mar. 2015]. Disponível em: <http://www.bcsdportugal.org/wp-content/uploads/2013/10/Anuarios-BCSD-2007.pdf>

BCSD – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável - Visão 2050 - A nova agenda para as empresas, 2010. ISBN: 9783940388568.

Carvalho, Fernando P.- A influencia da adoção da estrutura da Global Reporting Initiative nas empresas da euronext de Lisboa. Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, 2008. Dissertação de Mestrado.

Carvalho, João A. : Ética e Liderança: A crise do sector imobiliário. Vida Imobiliária, 2011. ISBN 9789898414069.

Comissão Europeia, Livro Verde (2001): Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas;

Domingos, Rui - A evolução da divulgação voluntária de informação nas empresas cotadas da euronext Lisboa no ano 2006 a 2008. Lisboa, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, 2010. Dissertação de mestrado.

Ferro, Ricardo; Verificação de Relatórios de Sustentabilidade [em linha], Maio 2009, Bureau Veritas, [Consult. em 21 de Fev. 2015]. Disponível em http://www.bureauveritas.pt/wps/wcm/connect/d03565004b3d5ef79395bf29b1a53533/Relatorios+Sustentabilidade_RFER.pdf?MOD=AJPERES&&lmod=1161474259

Global Reporting Initiative (GRI) - Diretrizes para a Elaboração do Relatório de Sustentabilidade, Sustainability Reporting Guidelines. 2013.

Global Reporting Initiative (GRI) - G3: Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade [em linha], (2000,2006) Versión 3 [Consult. em 09 Fev. 2015].

Disponível em <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Portuguese-G3-Reporting-Guidelines.pdf>

Global Reporting Initiative (GRI) - Guía para la elaboración de Memorias de Sostenibilidad [em linha], (2000,2011) Versión 3.1 [Consult. em 12 Fev. 2015]. Disponível em <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Spanish-G3.1-Complete.pdf>

Global Reporting Initiative (GRI) - Preparado para Relatar? Introdução ao relato de sustentabilidade para pequenas e médias empresas (PME), 2014.

Global Reporting Initiative (GRI) - Ciclo preparatório para elaboração de relatórios de sustentabilidade da GRI: Manual para pequenas (e nem tão pequenas) organizações, (2011).

Guerreiro, António H. M. - O relato de sustentabilidade, o técnico oficial de contas e a OTOC. Lisboa, 2012.

ISAE 3000, Assurance Engagements Other Than Audits or Reviews of Historical Financial Information [em linha], Dezembro 2003 [Consult. Em 21 Fev. 2015]. Disponível em: http://www.ifac.org/sites/default/files/downloads/2008_Auditing_Handbook_A270_ISAE_3000.pdf

ISO 26000 - Guidance on Social Responsibility. Genebra: International Organization for Standardization [em linha], 2010 [Consult. em 21 Fev. 2015]. Disponível em: <http://www.iso.org/iso/home/standards/iso26000.htm>

KPMG - Diretrizes 4 da GRI: Quais os seus efeitos nos relatórios corporativos de sustentabilidade [em linha], 2013 [Consult. em 05 Mai. 2015]. Disponível em: https://www.kpmg.com/BR/PT/Estudos_Analises/artigosepublicacoes/Documents/Diretrizes_g4_GR I.pdf

KPMG - The KPMG Survey of Corporate Responsibility Reporting 2013. Suíça, 2013;

Mercier, Samuel: Ética nas Empresas. Edições Afrontamento, 2005. ISBN: 9789723606706

Pinto, Liliana C. de Al.- Ética e Responsabilidade social das empresas cotadas da euronext Lisboa (2008-2012). Lisboa, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, 2012. Dissertação de mestrado.

Pinto, Tiago J. T. - Sustentabilidade e a elaboração do Relatório de Sustentabilidade baseado na realidade das empresas portuguesas. Porto, Instituto Superior de Contabilidade do Porto, 2014. Dissertação de Mestrado.

PWC - As novas diretrizes da Global Reporting Initiative: G4 - O futuro do reporte de sustentabilidade. Lisboa, 2012;

PWC - As novas diretrizes da Global Reporting Initiative: G4. Lisboa, 2013;

Rosa, Margarida I. do B. - Divulgação de indicadores sociais: outra dimensão para informações contabilísticas. Lisboa, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, 2012. Dissertação de mestrado.

Silva, Ana R. M. - Relatórios de Sustentabilidade Vs Divulgação online. Lisboa, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, 2014. Dissertação de mestrado.

Apêndices

Apêndice A – Listagem empresas analisadas

Nº sequencial	Empresas
1	ALTRI
2	BANIF SA
3	BANCO BPI SA
4	B.COM.PORTUGUES
5	B.ESPIRITO SANTO
6	COFINA SGPS
7	COMPTA
8	CORTICEIRA AMORI
9	CIMPOR SGPS
10	CTT CORREIOS POR
11	EDP
12	EDP RENOVAVEIS
13	E.SANTO FINANCIA
14	E.SANTO FINANC N
15	ESTORIL SOL P
16	ESTORIL SOL N
17	FUT.CLUBE PORTO
18	GALP ENERGIA
19	GLINTT
20	IMOB GRAO PARA
21	IBERSOL SGPS
22	IMPRESA SGPS
23	INAPA-INV.P.GEST
24	INAPA INV NV
25	J MARTINS SGPS
26	LISGRAFICA
27	LUZ SAUDE
28	MARTIFER
29	GRUPO MEDIA CAP
30	MOTA ENGIL
31	MONTEPIO
32	NOVABASE SGPS
33	NOS SGPS SA
34	OREY ANTUNES
35	PHAROL
36	PORTUCEL
37	F RAMADA INVEST
38	REN
39	REDITUS SGPS
40	BANCO SANTANDER
41	SDC INV.
42	SDC INV.-PREF.
43	TOYOTA CAETANO
44	SEMAPA
45	BENFICA-FUTEBOL
46	SUMOL COMPAL
47	SONAECOM SGPS
48	SONAE CAPITAL
49	SONAE INDUSTRIA
50	SPORTING
51	SAG GEST
52	TEIXEIRA DUAR SA
53	VAA VISTA ALEGRE

Apêndice B – Análise da divulgação de indicadores do desempenho económico pelas empresas

Valores de 2013	Desempenho Económico									DE (total)	9
	Económico				Mercado			Indirectos			
Empresas	EC1	EC2	EC3	EC4	EC5	EC6	EC7	EC8	EC9		Índice
B.COM.PORTUGUES - G3.1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9	100%
B.ESPIRITO SANTO -G4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
EDP - G3.1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9	100%
GALP ENERGIA -G3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9	100%
IBERSOL SGPS - GRI 3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9	100%
REN - G3.1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9	100%
SONAECOM SGPS - G4	1	1	0	1	0	0	1	1	0	5	56%
ALTRI SGPS SA	1	0	1	0	0	0	0	0	0	2	22%
MOTA ENGIL	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	11%
SDC INV.	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	11%

Apêndice C – Análise da divulgação de indicadores do desempenho ambiental pelas empresas

Valores de 2013	Desempenho Ambiental																																		DA (total)	Índice	
	Materiais		Energia					Água			Biodiversidade					Emissão, Efluentes e Resíduos										P.e S.		Conformidade	Transp.		Geral						
Empresas	EN 1	EN 2	EN 3	EN 4	EN 5	EN 6	EN 7	EN 8	EN 9	EN 10	EN 11	EN 12	EN 13	EN 14	EN 15	EN 16	EN 17	EN 18	EN 19	EN 20	EN 21	EN 22	EN 23	EN 24	EN 25	EN 26	EN 27	EN 28	EN 29	EN 30	EN 31	EN 32	EN 33	EN 34			
B.COM.PORTUGUES - G3.1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	30
B.ESPIRITO SANTO -G4	1	1	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9
EDP - G3.1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	28
GALP ENERGIA -G3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	30
IBERSOL SGPS - GRI 3	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	-	-	-	-	23
REN - G3.1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	30
SONAECOM SGPS - G4	1	1	1	0	1	1	1	1	0	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1	0	1	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	17
ALTRI SGPS SA	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11	
MOTA ENGIL	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7
SDC INV.	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	6

Apêndice D – Análise da divulgação de indicadores do desempenho social pelas empresas – Aspeto Práticas Laborais

Valores de 2013	Desempenho Social																P.Laborais	15
	Práticas Laborais																	
	Emprego			Relação entre Funcionários e Administração		Segurança e Saúde no Trabalho				Formação e Educação			Diversidade e Igualdade de Oportunidades					
Empresas	LA 1	LA 2	LA 3	LA 4	LA 5	LA 6	LA 7	LA 8	LA 9	LA 10	LA 11	LA 12	LA 13	LA 14	LA 15	LA 16	Índice	
B.COM.PORTUGUES - G3.1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	14	100%
B.ESPIRITO SANTO -G4	1	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	5	31%
EDP - G3.1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	-	13	87%
GALP ENERGIA -G3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	14	100%
IBERSOL SGPS - GRI 3	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	13	93%
REN - G3.1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	14	100%
SONAECOM SGPS - G4	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1	1	0	1	0	0	5	31%
ALTRI SGPS SA	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	-	-	2	13%
MOTA ENGIL	1	1	1	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	7	47%
SDC INV.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%

Apêndice E – Análise da divulgação de indicadores do desempenho social pelas empresas – Aspeto Direitos Humanos

Valores de 2013	Desempenho Social													Dir. Humanos	11
	Direitos Humanos														
	Práticas de Investimento e de Aquisições			Não-Driscriminação	Liberdade de Associação e Acordos de Negociação Colectiva	Trab. Infantil	Trab. Forçado	Práticas de Seg.	Direitos dos Povos Indígenas						
Empresas	HR 1	HR 2	HR 3	HR 4	HR 5	HR 6	HR 7	HR 8	HR 9	HR 10	HR 11	HR 12	Índice		
B.COM.PORTUGUE S - G3.1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	9	100%
B.ESPIRITO SANTO -G4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
EDP - G3.1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	-	-	10	91%
GALP ENERGIA -G3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	9	100%
IBERSOL SGPS - GRI 3	0	0	0	0	0	0	0	0	1	-	-	-	-	1	11%
REN - G3.1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	9	100%
SONAECOM SGPS - G4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
ALTRI SGPS SA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	-	0	0%
MOTA ENGIL	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	3	27%
SDC INV.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%

Apêndice F – Análise da divulgação de indicadores do desempenho social pelas empresas – Aspeto Sociedade

Valores de 2013	Desempenho Social												Sociedade	Índice
	Sociedade													
	Comunidade				Corrupção		Políticas Públicas		Concorrência desleal	Conformidade	Comunidades Locais			
Empresas	SO 1	SO 2	SO 3	SO 4	SO 5	SO 6	SO 7	SO 8	SO 9	SO 10	SO 11	Sociedade	Índice	
B.COM.PORTUGUES - G3.1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	10	100%	
B.ESPIRITO SANTO -G4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	
EDP - G3.1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	-	9	90%	
GALP ENERGIA -G3	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	8	100%	
IBERSOL SGPS - GRI 3	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	-	0	0%	
REN - G3.1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	8	100%	
SONAECOM SGPS - G4	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	4	36%	
ALTRI SGPS SA	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	-	0	0%	
MOTA ENGIL	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2	20%	
SDC INV.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	

Apêndice G – Análise da divulgação de indicadores do desempenho social pelas empresas – Aspeto Responsabilidade pelo Produto

Valores de 2013	Desempenho Social											
	Responsabilidade pelo Produto									Resp. pelo Produto	9	
	Saúde e Segurança do Cliente		Rotulagem de Produtos e Serviços			Comunicações e Marketing		Privacidade do cliente	Conformidade			
Empresas	PR 1	PR 2	PR 3	PR 4	PR 5	PR 6	PR 7	PR 8	PR 9	Índice		
B.COM.PORTUGUES - G3.1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9	100%
B.ESPIRITO SANTO -G4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
EDP - G3.1	1	0	1	0	1	1	0	1	1	1	6	67%
GALP ENERGIA -G3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9	100%
IBERSOL SGPS - GRI 3	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	5	56%
REN - G3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9	100%
SONAECOM SGPS - G4	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	4	44%
ALTRI SGPS SA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
MOTA ENGIL	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	3	33%
SDC INV.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%

Anexos

Anexo A - Overveiw of Changes in Standard Disclosures from G3 to G3.1 Guidelines

[GRI-G4-Overview-Tables-G3-vs-G4.pdf](#)

Anexo B - Overveiw of Changes in Standard Disclosures from G3.1 to G4 Guidelines

[GRI-G4-Overview-Tables-G3.1-vs-G4.pdf](#)